



RELATÓRIO E CONTAS 2003

CAPITAL SOCIAL: 20.000.000 EUROS

SEDE: CASAL DE SANTA LEOPOLDINA, QUELUZ DE BAIXO

MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE CASCAIS SOB O Nº 2 184

PESSOA COLECTIVA Nº 500 166 587



**LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E
ARTES GRÁFICAS, S.A.**

Rua Consiglieri Pedroso, 90
Casal de Santa Leopoldina
Queluz de Baixo
2745-553 Barcarena

Capital Social: 20.000.000 €

***Matriculada na Conservatória do Registo
Comercial de Cascais sob o n.º 2 184***

Pessoa Colectiva n.º 500 166 587

ORGÃOS SOCIAIS

M a n d a t o 2 0 0 3 - 2 0 0 6

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: João António Morais Leitão
Vice-Presidente: João Manuel Pinto de Ruella Ramos
Secretária: Maria do Carmo Pinto de Ruella Ramos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: António Brás Monteiro
Vogais: António Pedro Pinto de Ruella Ramos
António Alexandre Pires Brás Monteiro
José Luis André Lavrador
António Pedro Marques Patrocínio

CONSELHO FISCAL

Presidente: António de Almeida
Vogais: Nuno Martins
Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC, representada por
Óscar José Alçada da Quinta, (ROC nº 731)

EXERCÍCIO DE 2003

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, submetemos à apreciação de V. Ex.as. os Documentos de Prestação de Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 que compreendem o Relatório de Gestão, o Balanço e as Demonstrações de Resultados e dos Fluxos de Caixa do exercício.

I. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

I.1. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA

Após um início de ano marcado pelas incertezas associadas ao conflito no Iraque, ocorreu em 2003 uma recuperação moderada da economia mundial, com o respectivo PIB a crescer 3,2%, depois de uma subida de 2% em 2002. Contrastando com o ano anterior, esta recuperação foi extensível a todas as principais áreas económicas, merecendo destaque a inversão do ciclo de desaceleração no conjunto da área do euro observada a partir do 2º semestre.

O preço do petróleo manteve-se elevado ao longo do ano (USD 28,87 por barril em termos médios e USD 30,48 por barril em finais do ano), em consequência da depreciação do dólar associada a um aumento da procura decorrente da recuperação económica mundial.

A economia dos EUA registou um crescimento de 3,1% em 2003, contra evolução do mesmo sinal em 2002 mas de 2,4%. A procura interna privada continuou a beneficiar de fortes estímulos da política monetária e orçamental que se traduziram num aumento do rendimento disponível das famílias e numa melhoria da situação financeira das empresas.

Com a taxa de inflação em 1,9%, a Reserva Federal procedeu a um novo corte dos juros de referência fixando a *target rate dos fed funds* em 1%.

Após um registo de 0,9% no ano anterior, o PIB cresceu na Zona Euro cerca de 0,4% em 2003, tendo-se observado uma evolução diferenciada da actividade ao longo do ano com estagnação na primeira metade do ano e aceleração do Produto nos 3º e 4º trimestres; a recuperação iniciada na segunda metade do ano, assentou no crescimento da procura externa, a qual se reflectiu numa evolução positiva dos principais índices de confiança empresarial. No tocante à procura interna privada manteve-se restringida pelos elevados níveis de endividamento das famílias e das empresas, bem como por uma taxa de desemprego crescente (8,6% no início do ano para 8,8% no final do ano); acresce que, ao contrário do que aconteceu nos EUA, a política orçamental não assumiu uma natureza expansionista.

A queda da inflação, de 2,2% para 2,1% e a maior restritividade das condições monetárias levaram o BCE a prolongar em 2003 o ciclo de descida da taxa de referência dos juros iniciado em 2001 fixando a taxa de refinanciamento, no final do ano, em 2% o que equivale a uma descida no ano de 75 p.b.

Ao longo do ano de 2003 registou-se uma desvalorização do dólar, face ao euro, de cerca de 16,5%, provocando alguma perturbação nos mercados cambiais em consequência dos desequilíbrios macroeconómicos associados aos défices externo e orçamental nos EUA, em torno dos 5% do PIB.

No que ao mercado accionista respeita o ano de 2003 inverteu a tendência negativa dos anos anteriores, constituindo-se como o primeiro ano positivo após a bolha especulativa de Março de 2000. O índice Nasdaq subiu 50%, enquanto que os índices gerais Dow Jones e S&P 500 registaram variações positivas de 25% e 26%.

Na Zona Euro, o DAX e o IBEX 35 valorizaram, respectivamente, 37% e 28%, tendo o CAC 40 subido 16%.

As valorizações significativas registadas no conjunto do ano ocorreram apenas a partir de Março por um lado em função da diminuição de incerteza quanto ao conflito do Iraque, por outro em consequência da aceleração da actividade económica a nível global no segundo semestre.

A actividade económica em Portugal, durante o ano de 2003, foi marcada pela continuação do processo de ajustamento da procura interna num contexto externo ainda desfavorável a respeito de alguns sinais de estabilização no final do ano, o PIB registou uma variação real negativa, em torno de -1,3%.

O comportamento da procura interna reflectiu, sobretudo, a necessidade de prosseguir a correcção dos níveis de endividamento dos particulares e das empresas observados ao longo da década de noventa, em consequência do crédito proporcionado pela descida das taxas de juro.

O consumo privado contraiu-se cerca de 0,8%, após uma subida real de 0,6% em 2002; para além do decréscimo dos níveis de confiança e do receio face a um mercado de trabalho em degradação, o comportamento da despesa das famílias resultou, igualmente, da estagnação do rendimento disponível, essencialmente derivada de uma evolução desfavorável das remunerações de trabalho e dos rendimentos das empresas e da propriedade.

O investimento ter-se-à contraído pelo menos cerca de 8% (-5,5% em 2002), tendo esta variação negativa sido extensível à generalidade dos seus segmentos. Para além das restrições impostas pelo endividamento, a evolução negativa do investimento resultou também da quebra dos índices de confiança dos empresários.

O investimento do sector público ter-se-à mantido estável no conjunto do ano, reflectindo o esforço de contenção da despesa pública levado a cabo pelo Governo.

No contexto de uma quebra real da actividade, as receitas fiscais registaram uma evolução negativa, o que dificultou o objectivo de manter o défice orçamental abaixo do limite dos 3% do PIB, obrigando à solução de recurso, já adoptada em 2002, a receitas de natureza extraordinária. O défice do SPA terá, assim, subido de 2,7% do PIB, em 2002, para 2,8% do PIB, em 2003.

A despeito da quebra da actividade económica no conjunto da Zona Euro, as exportações terão crescido em torno dos 3,5%, registando um ligeiro acréscimo em relação a 2002. Motivações ligadas à debilidade da procura e ao agudizar do ambiente concorrencial obrigaram as empresas exportadoras a aceitar uma redução das respectivas margens, no sentido de aumentarem a competitividade dos seus produtos.

Paralelamente, as importações deverão ter diminuído cerca de 1,5%, em termos reais, reflectindo a evolução negativa da procura interna.

Prolongou-se, em consequência, em 2003, a correcção do desequilíbrio externo que caracterizou a economia portuguesa nos últimos anos, com o défice conjunto das Balanças Corrente e de Capitais a atingir 9% do PIB no ano de 2000; em 2003 tal défice terá representado cerca de 3% do PIB.

A quebra da actividade económica repercutiu-se negativamente no mercado de trabalho, tendo-se registado uma variação negativa no emprego que se estima da mesma ordem de grandeza da queda do PIB. A taxa de desemprego continuou a tendência de agravamento observada em 2002, subindo de 5,1% para cerca de 6,4% da população activa.

A redução da procura interna traduziu-se numa ligeira desaceleração dos preços no sector dos serviços, factor que contribuiu para uma descida da taxa de inflação média de 3,6% para 3,3%.

Após a contracção da actividade económica verificada em 2003, o PIB português deverá registar em 2004 um crescimento no intervalo de 0 a 1,5%. A recuperação da economia portuguesa deverá ser impulsionada pelo comportamento das exportações, prevendo-se ainda uma variação ligeiramente negativa da procura interna em 2004.

À medida que o estímulo externo se for transmitindo à procura interna, nomeadamente no investimento, a expansão da actividade económica tornar-se-á mais firme.

Para 2005, espera-se um contributo já declaradamente positivo da procura interna para o crescimento do PIB, projectando-se este último no intervalo de $\frac{3}{4}\%$ a $2\frac{3}{4}\%$.

Os actuais níveis de endividamento das empresas e dos particulares colocam restrições à expansão do investimento e do consumo privados. Paralelamente, a necessidade inadiável de consolidação orçamental e o declínio progressivo das transferências da UE traduzem-se na hipótese de uma contracção da componente pública da procura interna, cuja concretização também tenderá a condicionar, no curto prazo, o crescimento do produto.

As exportações de bens e serviços deverão ser a componente mais dinâmica da procura global. Esta previsão reflecte, no essencial, uma aceleração da procura externa dirigida à economia portuguesa em linha com a recuperação da economia mundial e da Zona Euro em particular, concorrendo para expectativas de crescimento das exportações de 5% para 2004 e 7% para 2005.

Relativamente à inflação, projecta-se que a taxa de variação média diminua de 3,3% em 2003, para valores contidos no intervalo de 2 a 3% em 2004 e de $1\frac{1}{2}$ a 3% em 2005.

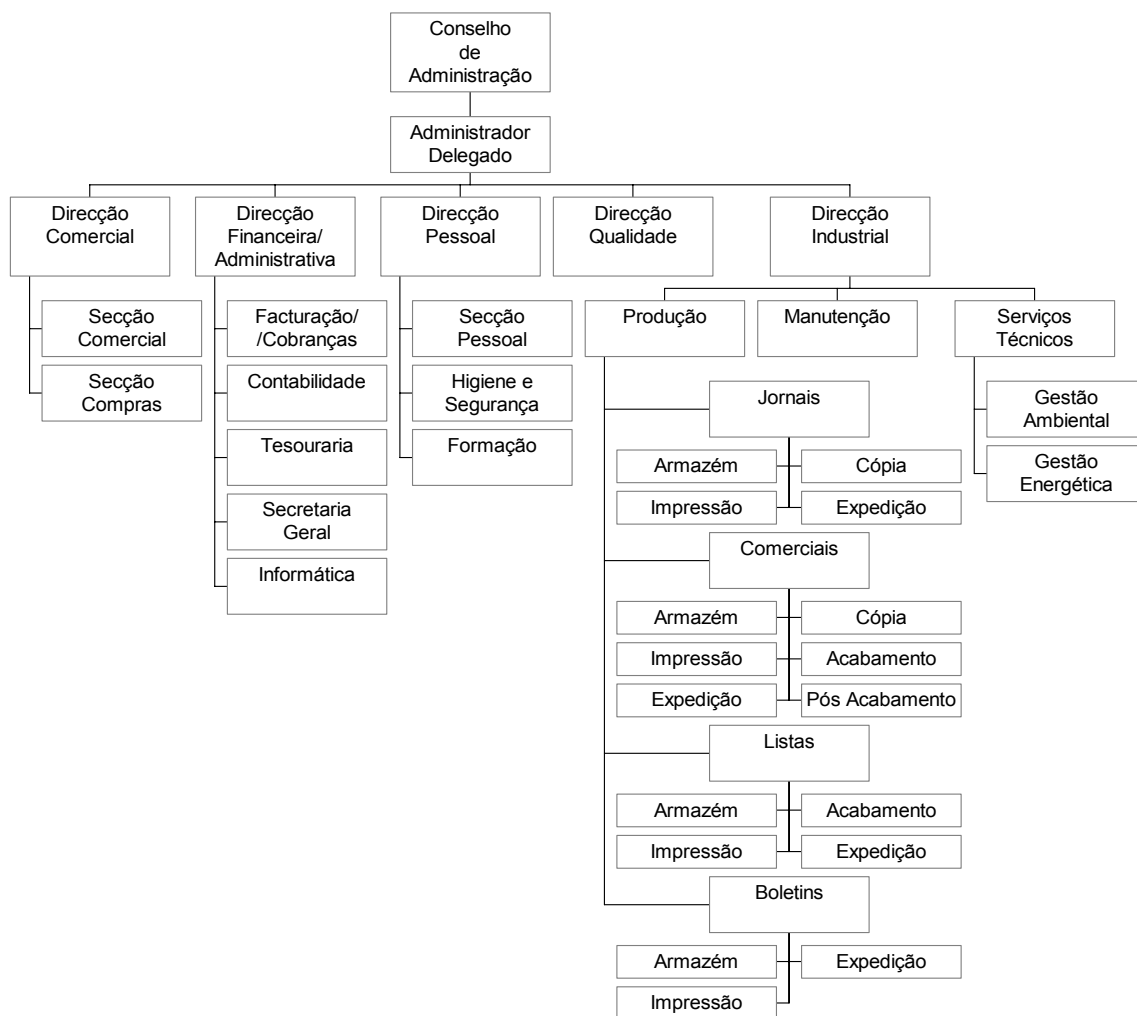
1.2. GOVERNO DAS SOCIEDADES

Tendo em conta as recomendações constantes do Regulamento da CMVM 07/2001 de 20 de Dezembro, no seu Anexo I, a Empresa dá conta, nos itens seguintes, dos seus procedimentos nos aspectos aplicáveis.

1.2.1. – Divulgação de Informação

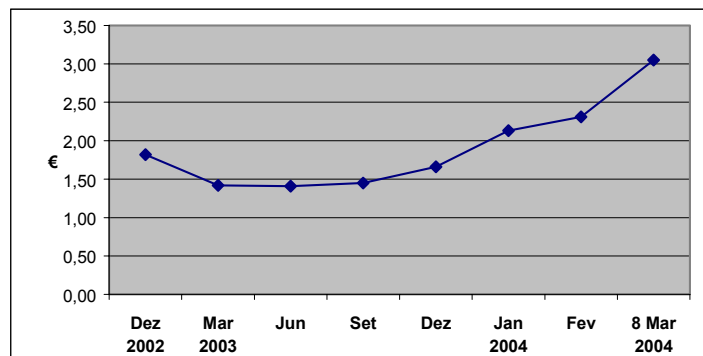
1. A Administração funciona de forma colegial, com um Administrador - Delegado ao qual reportam directamente cinco Direcções: Comercial, Financeira/Administrativa, Pessoal, Qualidade e Industrial. O Conselho tem como objectivo a gestão e a coordenação das várias empresas que constituem o “Grupo”, bem como a informação aos seus Accionistas. O Conselho define também os vectores de concretização da acção estratégica global, que visa a criação de uma mais valia da empresa e das suas participadas, através da prestação de serviços de qualidade,

prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são o principal capital e que são seguidos sempre critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança. O Conselho reúne no mínimo uma vez por mês, e também sempre que algum dos seus membros o convoca. Procedeu-se a alguns ajustamentos na distribuição de pelouros, adequadamente ilustrados no organigrama abaixo.



2. Não houve, no exercício de 2003, qualquer emissão de acções ou outros valores mobiliários, nem foram distribuídos dividendos no exercício. A evolução da cotação das acções ao longo do exercício de 2003 e também no 1º trimestre de 2004 pode ser ilustrada no gráfico abaixo, que evidencia uma descida no 1º trimestre do ano, uma estabilização, entre Março e Setembro em torno de 1,40 euros e, em seguida um incremento significativo, particularmente expressivo no 1º trimestre de 2004, em que registou uma valorização de 83,7%, passando de 1,66 euros no final do ano para 3,15 euros (08/03/04).

Pouco depois da entrada em Bolsa verificou-se uma queda generalizada das cotações, que na maioria dos casos pouco teria a ver com o verdadeiro valor das empresas mas, mais decorrente das características de mercado accionista periférico e da baixíssima liquidez que possui.



3. Nos exercícios seguintes à entrada em Bolsa - 1999 e 2000 - foram distribuídos dividendos representando cerca de 0,40 euro/acção, política abandonada em 2001 por força das circunstâncias que envolveram a actividade. Como política de princípio pode dizer-se que é nossa intenção distribuir lucros quando e sempre que for possível, sem com tal intenção afectar a segurança económico - financeira da empresa.
4. Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.
5. Não são utilizados meios electrónicos na divulgação dos documentos preparatórios das reuniões de assembleias, salvo a divulgação dos Relatórios e Contas periódicos, Demonstrações Financeiras e as Comunicações ao Mercado – Factos Relevantes e Outros Comunicados.
6. Gabinete de Apoio ao Investidor: não existe propriamente um Gabinete deste tipo, nem a situação justificaria. O Representante para as Relações com o Mercado é o Administrador, com particular competência para a área financeira e económica, Dr. José Luís André Lavrador, e todos os Accionistas ou interessados em informações da Sociedade são pessoalmente atendidos. O acesso é normal bastando um simples telefonema de marcação prévia e o Interessado é encaminhado e atendido.

Por outro lado, e dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à informação a prestar ao mercado, a LISGRÁFICA tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade ao longo do ano, quer em comunicados para a CMVM quer através de contactos com a comunicação social, a qual é atendida pela Administração sempre que a procura.

1.2.2. – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

Os estatutos da LISGRÁFICA são extremamente simples, e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatutária que afaste ou dificulte o voto por correspondência, nem qualquer outra limitação. Para participar nas Assembleias Gerais basta ter um voto, isto é, um mínimo de 100 acções (de 5 Euro cada) e é necessário que essas acções estejam depositadas em nome do accionista na instituição financeira com a antecedência mínima de 8 dias em relação à data de realização da Assembleia.

Nas Convocatórias são claramente explicitadas também as formas de votação por correspondência, conforme recomendação da CMVM.

1.2.3. – Regras Societárias

1. Não existe qualquer código de conduta específico para a LISGRÁFICA ou outros regulamentos internos.
2. O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas e, mensalmente, pelo Revisor Oficial de Contas, que passa vários dias por mês na empresa e revê, controla e fiscaliza todos os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões mensais com a Administração a quem reporta os resultados das suas acções.
3. Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista. Existe apenas um contrato de gestão entre o principal accionista (Gestprint, SGPS, SA) e a LISGRÁFICA, contemplando a forma de remuneração pelos serviços de gestão prestados pela Holding, cujas cláusulas têm sido ratificadas nas sucessivas Assembleias Gerais da Lisgráfica.

1.2.4. – Órgão de Administração

1. O Conselho de Administração, cujos 5 membros são todos executivos, é composto pelas seguintes pessoas:

Presidente	Dr. António Brás Monteiro
Vogais	Dr. António Pedro Pinto de Ruella Ramos
	Eng.º António Pedro Marques Patrocínio
	António Alexandre Brás Monteiro
	Dr. José Luis André Lavrador

Administradores independentes são os que não têm interesse, participação ou relações especiais com a empresa maior accionista. Estão nesta situação os Srs. Dr. José Luis André Lavrador e Eng.º António Pedro Marques Patrocínio.

Dr. António Brás Monteiro: é também Administrador da “Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A.”, Presidente do Conselho de Administração da “Gestprint, SGPS, S.A.”, e da “Gestigráfica, SGPS. S.A.”

Dr. António Ruella Ramos: é também Presidente do Conselho de Administração da “Renascença Gráfica, S.A.”, do “Diário de Lisboa, S.A.”, Administrador da “Gestprint, SGPS, S.A.”, Administrador da “Gestigráfica, SGPS, S.A.”, e Presidente da Assembleia Geral da “Impreger, SGPS, S.A.”.

2. Não há outros órgãos com competência em matéria de gestão executiva além do atrás referido.
3. O funcionamento e frequência de reuniões do Conselho de Administração estão referidos no ponto 1.2.1.
4. Não existe qualquer comissão de controlo interno;
5. A remuneração dos titulares do Conselho de Administração não está ligada à evolução da cotação das acções nem dos resultados da sociedade;

6. Não existem prémios de desempenho nem partes variáveis da remuneração, e todos os administradores são executivos (n.º 1 do Cap. 1.2.4). Os custos no exercício com o Conselho de Administração, no que se refere à sua remuneração, foram de 216.410 Euros, e dizem respeito a três dos seus membros, uma vez que os outros dois são remunerados pela “GESTPRINT, SGPS, S.A.”, sociedade com a qual a LISGRÁFICA tem um contrato de prestação de serviços e de gestão, cuja continuidade para o mandato de 2003 a 2006 foi aprovada na Assembleia Geral da Lisgráfica de 28 de Maio de 2003.

Por seu turno, os encargos com os Órgãos de Fiscalização representaram, respectivamente, 22.800 Euros no tocante à Sociedade Revisora de Contas e 55.000 Euros no que ao Auditor Externo respeita.

2. A EMPRESA E A SUA ACTIVIDADE AO LONGO DO EXERCÍCIO

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

O Sector sofreu, durante os três últimos anos, os efeitos decorrentes da conjuntura económica de recessão, traduzida na forte queda do investimento publicitário em todos os meios, mas com especial acuidade no papel, a que os editores reagiram com o emagrecimento das Revistas, redução de tiragens e suspensão de novos projectos que eventualmente tivessem em carteira.

Tendo como pano de fundo uma conjuntura inicial de estagnação que, a partir de certa altura deslizou para recessão, o Sector Gráfico foi apesar disso agitado por grande dinamismo editorial, com sinais persistentes de concentração, pelo colapso das empresas ligadas às “novas economias”, pelo agudizar da concorrência e do esmagamento dos preços, com intromissão cada vez mais notória das unidades da vizinha Espanha e por uma luta desenfreada no mercado interno, resultante da reacção dos editores face à queda do investimento publicitário que em 2001 se cifrou em cerca de 22% e a que em 2002 acresceram mais 18%, atenuados em 2003, com um ligeiro incremento de cerca de 4% e paragem no esforço de investimento.

No que à Empresa respeita, e como reflexo da conjuntura desfavorável em que a operação decorreu nos últimos três exercícios, por força da queda do investimento publicitário, da reacção dos Editores e da pressão que se fez sentir sobre as condições de concorrência, registou-se em 2001 uma queda nas vendas de 5,6 milhões de Euro (10,5%), seguida de nova redução em 2002 um tanto mais moderada, cifrada em cerca de 3,8 milhões de Euro (8,0%) e culminada com nova queda em 2003, ainda mais moderada, da ordem dos 2,8 milhões de Euro (6,4%), e quase que exclusivamente explicada pela redução de Vendas da Família Folhetos/Catálogos, com a expressão de 3,2 milhões de Euro, traduzindo a opção tomada pela gestão de resistir a um esmagamento de condições impostas pelos Grandes Espaços, face à situação de mercado.

O arrefecimento da actividade aconteceu desde o final de 2000, imediatamente a seguir ao final do ciclo de investimento muito forte da Lisgráfica que, confiando nos indicadores dos dois últimos anos em que a procura de serviços gráficos explodira se preparara para a manutenção da situação e estava equipada para responder às solicitações de mercado.

Aquele esforço de investimento entre 1999 e 2001 representou cerca de trinta e cinco milhões de Euro e traduziu-se no acréscimo da capacidade produtiva do segmento de Revistas e publicações periódicas em cerca de 50%.

Para minorar os efeitos da situação, a gestão tomou um conjunto de medidas que começaram a ser implementadas a partir de 2001 e continuaram nos anos seguintes, visando:

- Busca de mercados menos vulneráveis à quebra do investimento publicitário (Folhetos e Catálogos para os Grandes Espaços e Listas Telefónicas);
- Controlo rigoroso de todas as componentes de Custos, prosseguindo a optimização da relação custo/eficiência, como forma de garantir a melhoria da produtividade;
- Recentração da atenção da gestão no *corebusiness*, o que determinou a alienação de alguns activos não directamente afectos à exploração, quer patrimoniais, quer financeiros;
- Reescalamento da dívida financeira.

Sendo certo que as medidas de natureza comercial apenas parcialmente redundaram em êxito, uma vez que o seu sucesso está fortemente condicionado pela pressão do mercado, circunstância que levou a que durante o período 2001/2003 o Volume de Negócios caísse cerca de 7,4 milhões de Euro (15,3%).

Em matéria de controlo de custos, as medidas empreendidas pela gestão produziram efeitos significativos que, vistos no seu conjunto, se traduziram numa economia global de custos, entre 2001 e 2003, da ordem de 13,750 milhões de Euros (22,4%).

Para além da expressão da economia em termos numéricos, salienta-se a consciência inculcada a todos os níveis, das preocupações relativas à produtividade dos recursos, guerra ao desperdício e reforço do espírito de grupo que neste período de crise foi interiorizado e está a ser praticado na Empresa.

Estão a ser produzidos mensalmente Relatórios de Produtividade que depois são analisados e discutidos em simultâneo com os dados de Gestão mensais, de forma articulada e conjunta, procurando explicação para os Desvios em relação ao Programa Económico-Financeiro do exercício e versus o período homólogo do ano anterior.

Em matéria de Custos com Pessoal, tais medidas traduziram-se numa alteração de filosofia da gestão de efectivos já implementada em algumas áreas da produção, e que consistiu na passagem de trabalho por turnos ao regime de trabalho contínuo de que resultará uma economia considerável de trabalho extraordinário.

Paralelamente, procedeu-se a uma redução gradual de efectivos, revestindo diversas fórmulas – antecipação de reformas, acordos de cessação de contrato, cancelamento de contratos, etc. – que redundaram num decréscimo de efectivos de cerca de 100 unidades a que acrescerá, em 2004, a saída de cerca 30 trabalhadores do Departamento de Jornais.

Foram já concretizadas decisões em relação à alienação de activos não directamente ligados à operação, tendo-se consumado durante o exercício de 2002, a alienação do Edifício do Bairro Alto e das antigas instalações da Heska na Venda Nova, enquanto que em 2004 irá ter lugar a cedência à *Naveprinter* de duas Rotativas de Jornais e a cedência à *Grafedisport* de uma Rotativa e outro equipamento, no quadro da autonomização da “Operação Jornais”, que havia sido anunciada e se concretizou através de uma Nova Empresa, detida em partes iguais pela Lisgráfica e Investec, operando logisticamente no espaço físico das antigas instalações de jornais da Lisgráfica.

Em matéria de participações financeiras, foi concretizada durante o ano de 2002 a cedência da participação social na Grafimadeira e na Porenvel, tendo-se fechado as negociações tendentes à alienação da participação social na Heska, que foi consumada em 2003, enquanto que, no tocante às participadas Guião, Videodata e Máquina de Estados, foram tomadas decisões tendentes à respectiva alienação, a ter lugar no início de 2004, o impacto nas contas, por ser conhecido, foi já reflectido como Provisão para Investimentos financeiros, nas contas do exercício de 2003.

No que à área financeira respeita foram concretizadas as negociações com algumas Instituições Financeiras (Bancos e Companhias de Leasing) tendentes ao reescalonamento da dívida por forma a minorar o esforço dos anos de 2002/2004, sendo que tais iniciativas foram, de uma maneira geral, bem acolhidas e se traduziram no alargamento do Contrato por um período adicional de dois/três anos, nalguns casos com moratória de capital.

Iniciou-se o estudo de uma operação envolvendo o património imobiliário da Empresa com vista à eventual alienação e tomada em contrato de arrendamento a longo prazo, operação que a concretizar-se possibilitaria, à custa do respectivo encaixe financeiro, uma substancial redução do passivo financeiro produzindo uma melhoria da relação Capitais Próprios/Capitais Alheios.

Durante o 2º semestre do ano procedeu-se à substituição dos Grupos da Rotativa de Revistas *M600*, no quadro de um protocolo de colaboração com a Heidelberg, e foi também instalada a terceira unidade “*Creo Scitex*” do CTP de Revistas.

Foi iniciada, também no último trimestre a instalação de uma Rotativa “*Regioman*” para o departamento de jornais, que iniciará a respectiva laboração no início do 1º trimestre de 2004, já enquadrada na Nova Empresa de Jornais “*Grafedisport*” que concretizou a autonomização da “Operação Jornais” e a que acima aludimos.

Passando em revista cada uma das Áreas, temos:

IMPRESSÃO DE REVISTAS

Após ter orientado o seu principal esforço de investimento, durante o período 1999/2000 para o Departamento de Impressão e Acabamento de Revistas, este Departamento dispunha, no dealbar do ano de 2002 de uma capacidade instalada rondando os 520 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 500 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

O quadro geral das máquinas era, no final de 2003, composto por oito rotativas, designadamente 2 Harris M850, de 32 páginas A4/28 000 ex./hora, duplexadas entre si, podendo imprimir em conjunto Listas Telefónicas em cadernos de 64 páginas ou, separadas, imprimir cadernos de 32 páginas de revistas, 1 Harris M300 de 16 páginas A4/ 35 000 ex./hora, 2 Harris M600, de 16 páginas A4 /50 000 ex./hora e 3 Heidelberg Sunday 4000 equipadas com dobradeira, instaladas duas durante o exercício de 2000 e a terceira no exercício de 2002, que imprimem cadernos de 48 páginas, operam a velocidades práticas de 35 mil exemplares/hora e estão apetrechadas com um nível de automatização muito mais elevado no domínio da alimentação de papel, lavagem de cauchús, mudança de chapas, acerto de cor, etc.

Como complemento das citadas rotativas M4000 foram instalados sistemas de colagem em linha “Planatol” que permitem o acabamento/colagem de revistas em simultâneo com a respectiva impressão, bem como sistemas de corte circular “Rima” que permite o acabamento das revistas em linha de impressão, evitando a sua passagem ao sector de acabamento quando não careçam deagrafamento.

À saída da linha de impressão as M4000 foram apetrechadas com stackers “Civiemme” possibilitando a organização automática dos balotes.

A reformulação do parque de rotativas comerciais a que aludimos implicou, no seu conjunto, um acréscimo de capacidade da ordem dos 50% que, face à conjuntura que vivemos, determina algum excesso de capacidade.

O Departamento dispõe, neste momento, de uma capacidade instalada rondando os 700 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 700 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

A actividade do Departamento poderá ser ilustrada através dos quadros abaixo:

1.Produção das Rotativas		
2001	2002	2003
1.222.269	1.382.292	1.513.359

Unidade: Mil cadernos de 16 Pág

No ano de 2002 registou-se um crescimento de cerca de 160 milhões de cadernos (13,1%), fruto da diversificação de produção à custa da impressão de Listas Telefónicas a quatro cores no 2º semestre, enquanto que em 2003, exercício em que já se produziram Listas Telefónicas a quatro cores durante todo o ano, se consolidou o crescimento com mais 131 milhões de cadernos (9,5%).

2. Produção Linhas Ponto Arame

2001	2002	2003
204.772	205.414	186.328

Unidade: Mil Exemplares

3. Produção Linhas Capa Colada

2001	2002	2003
19.655	23.827	18.793

O Sector de Acabamento de Revistas dispunha, no final do exercício, dos seguintes meios:

Três Linhas “Muller-Martini” modelo 300, uma Linha “Heidelberg”, apoiadas em “back-up” por duas máquinas mais antigas, e ainda uma encartadora-envelopadora “Bhurs Zandaam”, uma Linha “Muller-Martini” modelo *Tempo*, com capacidade para 15 mil exemplares/hora e um Sistema de tambor “Ferag” com capacidade para 22 mil exemplares/hora.

A capacidade global prática desta Linha passou, assim, de 45.000 ex./hora para 71.000 ex./hora, conferindo a este sector muito maior segurança e tranquilidade.

No que respeita à Linha de Capa Colada a aquisição em 1997 da nova unidade “Corona” veio dar resposta ao aumento de procura deste tipo de acabamento de revistas.

A capacidade global prática desta Linha passou de 7 500 ex./hora para 17 000 ex./hora, que, julgamos, nos deixa tranquilos para os próximos anos.

Procedeu-se, ainda, à instalação de um sistema de numeração e controlo automático “Image” montado em linha de alimentação “Bhurs Zandaam” para revistas sujeitas a sorteio.

Durante o ano de 2001 procedeu-se à instalação de duas unidades Computer-To-Plate (CTP) para revistas, à semelhança do que se havia feito para o Departamento de Jornais, tendo-se optado pelo fabricante “Creo Scitex” tendo, em 2002, tal linha sido complementada com a instalação de uma unidade adicional do mesmo fabricante, Linhas substituídas em 2003 por outras mais evoluídas tecnicamente, do fabricante “Creo”.

A Linha de Produção de Ponto Arame registou uma redução de cerca de 19 milhões de exemplares (9,3%), enquanto que a Capa Colada registou uma descida menos expressiva de cerca de 5 milhões de exemplares (21,1%), indiciando o emagrecimento das revistas, e contrariando a tendência que se vinha consolidando de transferência para esta Linha.

Por seu turno, o acabamento na Martini de Listas Telefónicas representou, durante o exercício, cerca de 7,4 milhões de volumes.

IMPRESSÃO DE JORNAIS

O quadro geral de máquinas era, no final do ano de 2003, o seguinte:

- 1 Máquina Harris 845, com 8 corpos, c/ n.º pág./cad 80(16), imprimindo a 25 000 ex./hora
- 1 Máquina Harris 845, c/ 9 corpos, c/ n.º pág./caderno 96(24), imprimindo a 28 000 ex./hora
- 2 Máquinas Harris Mercury, c/ 12 corpos, c/ n.º pág./caderno 48(16), imprimindo a 45 000 ex./hora

Este parque de máquinas configurava a solução adequada para o leque de editores/títulos servidos pela Lisgráfica até à saída dos títulos da Lusomundo e foi complementado oportunamente com a instalação de um Sistema de Encartadeiras Thorsted à saída com capacidade de duplicação do número de páginas em cada edição sem perda de velocidade de saída.

Em consequência da citada saída dos títulos da Lusomundo, por um lado, e da intenção já manifestada por alguns editores, que pretendem ampliação do número de páginas a cor, que se irá traduzir naturalmente no aumento do número de páginas, tendência, de resto, verificada na Europa, sem descartar a hipótese do aparecimento de novos títulos, a Lisgráfica estudou o ajustamento e reconfiguração dos seus meios de produção por forma a rentabilizá-los face às necessidades e prioridades dos editores.

Durante tal reflexão foi amadurecida por um dos Editores, designadamente o Grupo “Cofina” a hipótese de estabelecer uma parceria de negócio envolvendo a “Operação Jornais” com uma possível extensão ao “finishing/distribuição”.

Porque tal cenário configurava uma distribuição de risco de exploração e de investimento, a Lisgráfica disponibilizou-se a estudar tal hipótese, que acabou por se concretizar através da autonomização de tal operação e criação, em princípios de Janeiro, de uma nova Empresa de Impressão de Jornais – *Grafedisport* – detida em partes iguais pela Lisgráfica e Investec, com um capital social de 2,5 milhões de Euro, realizado no tocante à Lisgráfica através da cedência de equipamento.

Durante o período de amadurecimento da parceria, foi encomendada uma nova Rotativa “*Regioman*” à MAN Roland, cuja instalação e testes acabaram em finais do 1º trimestre de 2004, e cuja capacidade e características de impressão, permitiram a substituição de três das quatro rotativas actuais.

As duas Rotativas Mercury destinam-se a ser transferidas para a Naveprinter, no sentido de harmonizar a impressão dos títulos da edição Norte do Editor com a edição Sul.

Para além disso, foi realizado um investimento em “finishing”, através da instalação de *Linhas Muller Martini* que possibilitam o encarte e expedição automática dos jornais, à saída da linha de impressão.

Foi também encomendado um Novo Sistema de Transporte à Chapa *CreoScitex* que permite o diálogo on-line entre a redacção, e a fábrica, para execução da chapa e impressão dos títulos, com vista a tirar as vantagens de tal tecnologia.

Logisticamente a Grafedisport funciona em termos industriais nas antigas instalações da Lisgráfica (Departamento de Jornais), tendo integrado os trabalhadores daquele Departamento da Lisgráfica e partilhando o espaço e infra-estruturas necessárias, ao abrigo de um Protocolo de Colaboração.

A actividade do Departamento pode ser ilustrada pelo seguinte quadro

Impressão		
2001	2002	2003
7.820.747	6.439.582	6.663.273

Unidade: Mil Páginas Tablóides produzidas.

O quadro evidencia uma queda de 1,4 milhões de páginas (19,7%) entre 2001 e 2002 e um crescimento de 224 mil páginas entre 2002 e 2003 (3,5%), sendo a queda explicada pela saída dos Títulos da Lusomundo para Gráfica própria, minorada pelo apoio que a Lisgráfica deu à Mirandela, face ao percalço sofrido pela rotativa de jornais desta última, enquanto que o crescimento recente se deve à passagem a diário do Jornal de Negócios e ao crescimento dos títulos da Cofina.

IMPRESSÃO DE BOLETINS

A actividade deste Departamento evoluiu do seguinte modo:

Produção de Boletins		
2001	2002	2003
184.330	106.170	102.250

Unidade: Mil Boletins

Apesar das tentativas empreendidas pelo Editor para dinamizar as apostas desportivas, continua a registar-se uma tendência regressiva da parte dos apostadores. Assim, ao longo de 2002 registou-se uma descida de 78 milhões de Boletins (42,4%) face ao ano transacto, depois de uma descida de 44 milhões (19%) registada em 2001, mantendo-se a tendência de descida, ainda que mais suave, em cerca de 4 milhões (3,7%) entre 2002 e 2003.

A linha de produção da Lisgráfica foi dimensionada para fazer face a produções de cerca de 500 milhões de Boletins por ano, estando a ser encarada a possibilidade de afectar uma das rotativas a uma gama alternativa de produtos.

Tendo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa apostado no lançamento, em finais do ano de 2001, das apostas on-line, a Lisgráfica iniciou a produção de Boletins compatíveis, em termos de leitura, pelos terminais das duas gerações, estando neste momento a produzir apenas Boletins para apostas on-line das gamas “Totoloto”, “Totobola” e “Totogolo”

IMPRESSÃO DE LISTAS TELEFÓNICAS

No final do 1º semestre de 1998 arrancou um novo Departamento em resultado da operação de aquisição, concretizada por escritura pública outorgada em 24/6/98, das instalações gráficas das Páginas Amarelas associada à celebração de um contrato “Printing Agreement” para impressão e acabamento de todas as Listas Telefónicas, de Telex e Fax editadas por aquela Entidade em Portugal.

O início da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, despoletado no 2º semestre de 2002 com a Lista Classificada de Lisboa, determinou uma reorganização do nosso Departamento de Impressão, que passou a ocupar-se da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, à custa das duas rotativas Heidelberg M850 duplexadas, bem como das rotativas de 48 páginas Heidelberg Sunday 4000.

O antigo e clássico Departamento de Listas dispões de duas rotativas Harris 850, uma máquina plana para impressão de capas e uma máquina de acabamento de capa colada, para além de outros equipamentos para operações acessórias,

ocupando-se exclusivamente da impressão dos cadernos até três cores, bem como do acabamento, havendo coordenação e interacção dos dois Departamentos, sob uma Direcção comum, no sentido da harmonização das produções respectivas.

O Departamento produziu em 2003 cerca de 7,4 milhões de volumes de Listas nacionais, registando um crescimento de cerca de 3 milhões de cadernos de 64 páginas em relação a 2002 (129 milhões de cadernos em 2002, contra 132 milhões em 2003).

INVESTIMENTO

Durante o exercício em análise, o investimento bruto efectuado (corpóreo, incorpóreo e financeiro) assumiu a expressão de perto de 11,950 milhões de Euro ressaltando como realizações mais significativas as seguintes:

- Investimentos em Curso:

(a) Máquinas em Instalação.....750 mil Euro

Compreende as despesas associadas ao arranque da instalação da Nova Rotativa de Jornais *Regioman*, bem como as despesas com a Grande Reparação da Rotativa nº 1 de Jornais.

- Imobilizações Corpóreas

Representam um valor de cerca de 2.041 mil Euro, assim repartidos:

(a) Equipamento Básico.....674 mil Euro
(b) Equipamento de Transporte 99 mil Euro
(c) Equipamento Administrativo..... 14 mil Euro
(d) Outras Imobilizações Corpóreas.....4 mil Euro
(e) Adiantamentos por conta de Imobilizações Corpóreas.(Grupos da M600).....1.250 mil Euro

Sublinha-se que se verificaram abates e alienações, durante o exercício, representando em termos líquidos cerca de 40 mil Euro e, ainda, que as amortizações do exercício assumiram a expressão de 8,940 milhões de Euro e se verificaram transferências de Imobilizações em Curso para Imobilizações Corpóreas de cerca de 263 mil Euro.

- Imobilizações Incorpóreas

As alterações que apresentam, correspondem a um decréscimo líquido de cerca de 10.936 mil Euro e traduzem a anulação do trespassse associado à aquisição da Gestigráfica, por força do registo da alienação da Heska

- Imobilizações Financeiras

Representam, em termos líquidos, um acréscimo de cerca de 2.315 mil Euro e a respectiva evolução está explicada no Capítulo 2.2.3. Investimentos Financeiros, remetendo-se para a Nota 10 do Anexo uma análise mais detalhada de tal evolução.

FINANÇAS

Foi cumprido o Serviço da Dívida relativamente ao Empréstimo Obrigacionista “Obrigações Lisgráfica/97” envolvendo um esforço financeiro de cerca de 2,498 milhões de Euro, dos quais 2,444 milhões de Euro correspondem a reembolso de capital, liquidado aquando do vencimento dos cupões n.º 12 e 53,9 mil Euro correspondentes aos juros de tal Empréstimo.

Foram cumpridos os Serviços da Dívida inerentes aos Empréstimos de Financiamento com plano de reembolso contratado o que implicou um esforço financeiro, em termos de amortização de capital, de cerca de 16,780 milhões de Euro e a título de juros, cerca de 1,322 milhões de Euro, ao mesmo tempo que foram liquidadas emissões de Papel Comercial representando em termos de capital cerca de 2,756 milhões de Euro e, a título de juros cerca de 785 mil Euro.

Foram liquidadas rendas de Contratos de Locação Financeira no valor de 5,645 milhões de Euro; deste valor, cerca de 3,812 milhões de Euro representam amortização de capital e 1,833 milhões de Euro respeitam a juros dos mesmos contratos.

As responsabilidades de Capital, relativamente aos Contratos de Leasing em vigor em 31/12/2003, representam um total de 30,779 milhões de Euro, subdivididos em 4,374 milhões de Euro qualificados como responsabilidades a um ano e 26,405 milhões de Euro como responsabilidades a M/L prazo..

Durante o exercício foram celebrados novos Contratos de Locação Financeira no montante de cerca de 72,6 mil Euro.

Não houve, no exercício de 2003, qualquer emissão de acções ou outros valores mobiliários, nem foram distribuídos dividendos no exercício.

A evolução da cotação das acções ao longo do exercício de 2003 e também no 1º trimestre de 2004 está ilustrada no gráfico do Capítulo dedicado ao Governo das Sociedades, que evidencia uma descida no 1º trimestre do ano, uma estabilização, entre Março e Setembro em torno de 1,40 euros e, em seguida um incremento significativo, particularmente expressivo no 1º trimestre de 2004, em que registou uma valorização de 83,7%, passando de 1,66 euros no final do ano para 3,15 euros (08/03/04).

Foi aumentado o capital da Gestigráfica, através da emissão de 2.500 acções, cuja tomada pela Heska deu lugar ao reconhecimento de um prémio de emissão de cerca de 10,3 milhões de Euro.

Em paralelo foi registado o impacto final decorrente da alienação da Heska, traduzido no abate do valor contabilístico do Trespasse associado à aquisição da Gestigráfica – 10,930 milhões de Euro -, bem como a menos-valia verificada na Gestigráfica, no valor de cerca de 1,5 milhões de Euro, decorrente da alienação da Heska.

No quadro das medidas de reescalonamento e consolidação da dívida financeira e tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes dos Investimentos realizados nos anos anteriores, e a redução dos meios libertos nos últimos exercícios, em consequência da conjuntura com efeitos directos na contracção das vendas, foram continuadas negociações com algumas Instituições com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível nos anos de 2003 e 2004, com vista a suavizar o esforço financeiro de tais exercícios.

Tais negociações envolveram, nomeadamente, o BCP, o Banco BPI, o CPP a CGD e a Caixa Vigo e traduziram-se na consolidação da dívida e prorrogação do respectivo prazo de pagamento por mais 2/3 anos.

Idêntica linha foi seguida nos Contratos de Locação Financeira de maior expressão envolvendo, designadamente, a Locapor, Imoleasing, Santander Leasing e BNP Leasing.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa solicitou através do IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro, relativamente a dívidas vencidas de TSU, IRS e IVA, respectivamente, de 4.439.902 Euro, 2.113.155 Euro e 460.354 para além de englobar o créditos do próprio IAPMEI no valor de 2.011.678 e créditos de Fornecedores no montante global de 5.969.846.

Tendo iniciado o pagamento das contribuições e impostos correntes a partir de Agosto, e estando a cumprir os acordos celebrados com os Fornecedores, é convicção do Conselho de Administração e dos seus consultores fiscais que o requerimento apresentado nos termos do referido Decreto-Lei será deferido no curto prazo com perdão total de juros vencidos, após a prestação de garantias bastantes.

Já durante o exercício de 2004, mas em data anterior à aprovação das Contas do exercício, e no âmbito da política de recentrar a atenção da gestão na actividade que representa o *core business* da Empresa, foram concluídas as negociações tendentes à alienação das associadas Guião e Videodata, por um lado, e Máquina de Estados por outro, sendo que o impacto de tais alienações, por serem mensuráveis antes do encerramento do exercício de 2003, deram lugar à constituição da respectiva Provisão para Investimentos Financeiros.

Com vista à cobertura de alguns riscos contingentes, foram reforçadas as Provisões para Outros Riscos e Encargos no valor de 370 mil Euro, ao mesmo tempo que, para cobertura da desvalorização da carteira de Títulos, face à cotação de 31/12/03, foi constituída uma Provisão de 430 mil Euro.

MERCADO

As considerações feitas no capítulo 1.1 a propósito da conjuntura económica que caracterizou o exercício em análise explicam e fundamentam as dificuldades sentidas pelos agentes económicos durante o ano de 2003.

A forte desaceleração da actividade foi particularmente sentida na área em que a Empresa opera na justa medida em que o impacto criado pela redução persistente do investimento publicitário – primeiro sintoma de retracção - determina a reacção dos editores nas tiragens e volume das publicações, fechando-se o ciclo no volume da actividade gráfica, tendo-se esta desaceleração feito sentir com maior acuidade no segmento mais vulnerável a tal fenómeno, que é a Impressão e acabamento de revistas e publicações periódicas.

Os indicadores referidos no tocante a cada Departamento Produtivo da Lisgráfica explicitam com maior pormenor a forma como tal fenómeno condicionou a actividade da Empresa ao longo do exercício.

Registaram-se algumas movimentações indiciando a tentativa de entrada no mercado português de concorrência estrangeira, nomeadamente através da instalação de uma unidade em Olivença e, tendo em conta a quebra da procura, acentuou-se a competitividade entre as unidades nacionais, desencadeando pressões muito fortes em matéria de *pricing*; no que respeita à Lisgráfica, o fenómeno referido não teve outras consequências para além da necessidade de ajustamento da tabela de preços, medida que faz ganhar maior acuidade nas preocupações cada vez maiores em matéria de produtividade e rentabilidade de recursos.

No segmento do Mercado de Revistas de Grande Tiragem a quota de mercado que a Lisgráfica detém manteve-se nos 85%, enquanto que no segmento do Mercado de Jornais Diários, e usando a tiragem como indicador, a Lisgráfica detém uma quota de 60% e, em conjunto com a Naveprinter atinge os 72,5%, mantendo exclusividade nos segmentos de “Listas Telefónicas” e “Boletins”.

No que ao Mercado Editorial respeita, prosseguiram as movimentações, mantendo-se o mercado particularmente dinâmico, e com sinais cada vez mais fortes de tendência para a concentração.

Durante o ano a Lisgráfica ganhou a impressão de algumas publicações novas, designadamente “*Cozinha Semanal*” e “*Cozinha Tradicional*” publicações, respectivamente semanal e mensal da Pressepeople, as revistas “*Fragata*”, “*Euroatlantic*” e “*Revista Mais*” publicações periódicas editadas por África Imagens, a revista “*Doze*”, publicação semanal dedicada ao desporto, editada por Comfutebol, a revista “*Mariana*”, publicação semanal editada por Pressepeople, durante algumas semanas publicada em paralelo com uma revista homónima, também impressa na Lisgráfica, editada pela Impala, a revista “*Follow Me*”, publicação mensal editada pela LPM, a revista “*Correio Mulher*”, suplemento semanal do Correio da Manhã, editada pela Presselivre, a revista “*Carteira*”, publicação mensal, do nicho economia e negócios, editada pela First Media, o “*Jornal do Mês*”, jornal sob a forma de folheto, editado pelo Feira Nova, a revista “*Grande Reportagem*”, publicação semanal, editada pela Pressmundo, do Grupo Lusomundo, a revista “*Performance*”, publicação mensal, editada por Natural Media, a revista “*Em Forma*”, publicação periódica, editada por Formasane e, finalmente, a revista “*Disney Enigmas*”, publicação periódica, editada por Edimpresa.

Como consequência da suspensão das respectivas publicações, por parte do Editor, deixaram de ser impressas as revistas “*Mariana*” e “*Ana XL*” da Impala, “*PC World*” de Edições Expansão, “*Forum Ambiente*” de First Media, “*Clicknet*” de Páginas amarelas e “*Jornal do Mês*” de Makro.

Por passagem para outras Unidades Gráficas perdemos as revistas “*Lux Woman*” da Feira das Vaidades, “*Carteira*” da First Media e “*Surf Portugal*” da Publisurf.

Consciente de que a conjuntura que atravessamos não era a mais favorável e face aos condicionalismos de crescimento dos segmentos em que tradicionalmente opera, a Lisgráfica tomou medidas tendentes a minorar os efeitos da conjuntura buscando em outros segmentos do mercado compensações para a retracção registada no segmento das Revistas e publicações periódicas.

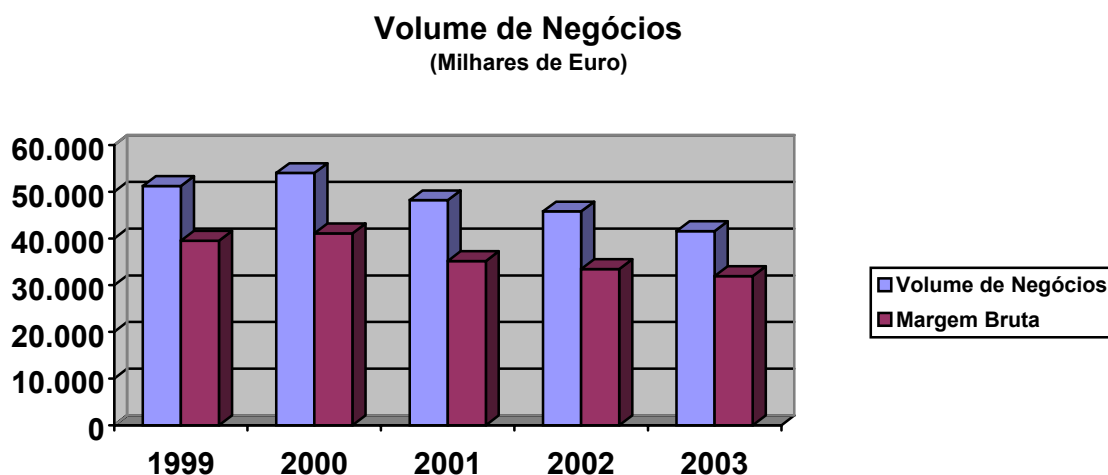
Prosseguindo uma política de boa vizinhança e partilha de recursos entre a Lisgráfica e a Heska, foram executados trabalhos durante o exercício, que representaram cerca de 736 mil Euro, enquanto que foram prestados por aquela congénere trabalhos subcontratados na ordem de 171 mil Euro.

2.2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Da actividade desenvolvida ao longo do exercício, bem como da sua evolução no decurso do último quinquénio, poderão os Senhores Accionistas aquilatar pela análise dos parâmetros a seguir indicados:

2.2.1. VOLUME DE NEGÓCIOS/VALOR ACRESCENTADO

A evolução ao longo dos últimos cinco anos é ilustrada pelos quadros abaixo:



A evolução ilustrada no gráfico acima reflecte o início da inversão do ciclo de crescimento sustentado da actividade iniciado em 1995 e mantido até 1999 (o crescimento de 2000 em relação a 1999 foi inexpressivo) seguido da queda sucessiva entre 2000 e 2003, derivada da falência do investimento publicitário e da inerente reacção dos editores, por um lado e, do efeito ajustamento de preço implícito à concorrência agudizada, por outro.

Os valores de 2003 traduzem um decréscimo líquido de cerca de 2.827 mil Euro (6,4%) com efeitos compensadores nas várias Famílias de Produtos. Assim, na Família “Revistas Semanais/Mensais” regista-se um desvio favorável de cerca de 913 mil Euro (4,3%), em “Suplementos” verifica-se um desvio negativo de cerca de 85 mil Euro (1,7%), a despeito de tais Famílias serem as mais vulneráveis à queda do investimento publicitário. Já em relação a “Jornais” registou-se uma queda de 334 mil Euro (7,1%), em “Boletins” continuou a redução com cerca de 20 mil Euro (4,2%) traduzindo a perda gradual de facturação e a passagem para os Boletins “on line”.

A variação registada na Família “Listas Telefónicas” foi inexpressiva, na ordem de 41 mil Euro (0,7%), traduzindo a queda nos volumes e cadernos distribuídos pelo Editor mas compensada pelo alargamento da impressão a quatro cores e, com uma expressão bastante mais significativa, os “Catálogos/Folhetos” com 3.227 mil Euro (49,3%), ilustram a opção tomada pela Empresa de não acompanhar a degradação de margens desencadeada pelos Editores neste segmento, face à situação do sector gráfico.

Do que antecede decorre que, apesar dos efeitos da queda da publicidade e da degradação dos preços por efeito da concorrência, se verifica um desvio global de 2,8 milhões de euros (6,4%), para o qual os “Folhetos e Catálogos” concorreram com cerca de 3,2 milhões de euros.

Esta análise é, contudo, aparente e resulta enviesada porquanto não reflecte a influência da diferente incorporação de matéria-prima (papel) registada nos dois períodos, nem dos preços médios de compra de tais matérias.

Comparação mais verdadeira é a que traduz a evolução do Valor Acrescentado – diferença entre o Volume de Negócios e os Custos de Matérias Primas Incorporadas.

Assim:

	1999	2000	2001	2002	2003
Volume de Negócios	51.236	53.994	48.165	45.769	41.565
Matérias Consumidas					
Papel	4.848	3.890	5.701	5.505	2.992
Matérias subsidiárias	6.908	9.036	7.264	6.829	6.621
Valor Acrescentado	39.480	41.068	35.200	33.435	31.952
% Val Acrescent / Volume de Negócios	77,1%	76,1%	73,1%	73,1%	76,9%

Unidade: Milhares de Euro.

Concluimos assim que, corrigido o efeito da incorporação de matérias-primas, as Vendas cresceram cerca de 1,588 milhões de Euro contos entre 1999 e 2000, equivalentes a 4% e regrediram, pelas razões apontadas, cerca de 5,868 milhões de Euro entre 2000 e 2001, equivalente a 14,3%, 1,765 milhões de Euro entre 2001 e 2002, equivalentes a 5,0% e 1,483 milhões de euros, equivalentes a 4,4% entre 2002 e 2003.

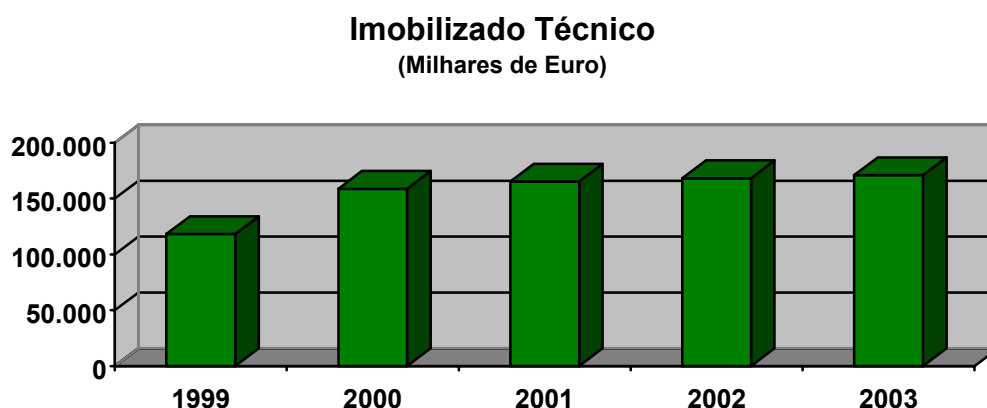
Enfatizando esta realidade, poderemos sublinhar que, caso as 85 mil toneladas de papel transformado fossem fornecidas integralmente pela Lisgráfica, se valorizadas a preços médios de 2003, as Vendas Totais do ano atingiriam cerca de 80 milhões de Euro.

Quando relacionado com o Volume de Negócios, o Valor Acrescentado registou um decréscimo de 1,0 pontos entre 1999 e 2000 (de 77,1% em 1999 para 76,1% em 2000), um decréscimo de 3,0 pontos entre 2000 e 2001 (de 76,1% em 2000 para 73,1% em 2001) e manutenção no patamar dos 73,1% entre os exercícios de 2001 e 2002 e voltou ao crescimento de cerca de 3,8 pontos entre os exercícios de 2002 e 2003 (de 73,1% em 2002, para 76,9% em 2003).

Esta evolução está directamente ligada à maior incorporação de papel transformado e/ou sem transformação - registou-se em 2001 vendas de papel não transformado de cerca de 1,8 milhões de Euro, enquanto em 2002 tal operação foi reduzida para 83 mil Euro e em 2003 para 46 mil Euro; por outro lado, e tendo em conta o crescimento da operação “Folhetos/Catálogos” em 2002, registou-se um incremento na incorporação de papel desta Família de cerca de 1,8 milhões de Euro que, pelas razões apontadas, levou em 2003 uma queda em tal componente da ordem de 1,9 milhões de Euro.

2.2.2. IMOBILIZADO BRUTO TÉCNICO

Os valores das Imobilizações Técnicas, antes de amortizações, ao longo dos anos, sofreram a seguinte evolução:



O incremento registado no exercício de 2003 foi de cerca de 2,707 milhões de Euro, valor esse já deduzido de cerca de 85 mil Euro de alienações e abates efectuados no período ilustrando, assim, um esforço de investimento da ordem dos 2,8 milhões de Euro, valor considerável se enquadrado num ciclo de conjuntura desfavorável.

Procurando demarcar por períodos o esforço de investimento da Lisgráfica, podemos considerar os seguintes períodos: No período 1996/2002 o investimento total representou quase 105 milhões de Euro, dimensão que ilustra bem a preocupação da Lisgráfica de antecipar as necessidades dos seus clientes/editores, bem como o aproveitamento de oportunidades de negócio susceptíveis de enriquecer o seu potencial, a despeito dos constrangimentos financeiros sentidos nos últimos três anos, em resultado do abrandamento da actividade.

Tendo-se imobilizado em 1996 cerca de 10 milhões de Euro, em 1997 cerca de 12,5 milhões de Euro, a maior parte dos quais visando completar o Programa de Investimentos previstos no âmbito do Pedip II, e em 1998 cerca de 15 milhões de Euro fundamentalmente ligados à operação de compra da Divisão Gráfica de Páginas Amarelas.

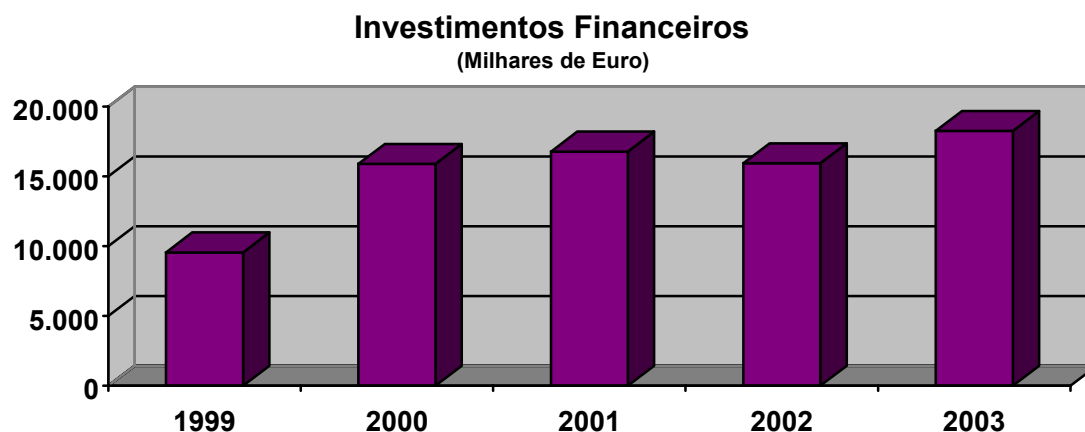
O exercício de 1999 marcou o início de um novo ciclo, abarcando o período 1999/2002, durante o qual se terá concretizado um volume de investimentos de cerca de 45 milhões de Euro, tendo o ano de 2000 constituído o ponto mais alto de tal ciclo, durante o qual, em investimentos técnicos e obras necessárias à sua instalação, se imobilizaram cerca de 28 milhões de Euro e se procedeu a uma reavaliação livre do património imobiliário da empresa que, em termos brutos, registou uma valorização de cerca de 22 milhões de Euro, representando os abates cerca de 9 milhões de Euro.

Destacam-se, durante o exercício, o arranque dos trabalhos de substituição dos Grupos da *Rotativa M600*, a instalação de um novo *Sistema CreoScitex* na Cópia de Revistas, uma Grande Reparação na *Rotativa M300* e na *Rotativa nº1* de Jornais e, finalmente, o arranque da instalação da *Nova Rotativa Regioman* no Departamento de Jornais, cuja autonomização como operação independente está já decidida, e se virá a traduzir na criação de uma empresa participada em partes iguais pela Lisgráfica e pela Investec.

Sublinha-se que, a par das preocupações de natureza tecnológica, a Lisgráfica continua a não descuidar as componentes ambiental e de segurança bem como as condições de trabalho dos seus colaboradores.

2.2.3. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A evolução desta rubrica fez-se conforme o gráfico abaixo:



Registou-se um incremento global líquido na Classe “Investimentos Financeiros” de cerca de 2,315 milhões de Euro.

O crescimento de 8.919 mil Euro ocorrida na rubrica “Partes de Capital em empresas do grupo” resulta do efeito da adopção do método da equivalência patrimonial relativamente aos resultados verificados nas Empresas do Grupo, designadamente dos 9,03% da Naveprinter detidos pela Gestigráfica – 67,7 mil Euro -, do reconhecimento do prémio de emissão – 10,308 milhões de Euro - decorrente do aumento de capital ocorrido na Gestigráfica e da menos-valia verificada na Gestigráfica decorrente da alienação da Heska no valor de 1,457 milhões de Euro.

Na rubrica “Partes de Capital em Empresas Associadas” verificou-se um crescimento de 240 mil Euro decorrente da adopção do método da equivalência patrimonial e resultante da apropriação dos resultados apurados na Naveprinter, relativamente aos 32% daquela associada, detidos directamente pela Lisgráfica.

A redução de 3.048 mil Euro, registada em “Adiantamentos para Investimentos Financeiros” traduz a transferência daquele valor da sua alocação inicial para “Empresas do Grupo”, em virtude das negociações existentes tendentes à sua alienação.

A participação no Guião, na Videodata e em Máquinas de Estados estão registadas ao custo de aquisição, uma vez que existem negociações em curso com diversas entidades com o objectivo de alienar, no todo ou em parte, as participações financeiras naquelas sociedades e, porque se estima que tal alienação se concretize a curto prazo e se estima o valor do impacto de tais alienações, decidiu a gestão criar uma provisão para a perda esperada em tal operação.

As participações detidas pela Lisgráfica em 31/12/03 são as constantes do quadro abaixo:

Empresas Detidas	Valores Contabilísticos	Capital Social	% Efectiva Capital Social
1. Gestigráfica	13.981.626	52.500	100
2. Naveprinter	2.596.807	3.750.000	41
3. Guião	4.638.820	850.000	85
4. Videodata	723.257	250.000	100
5. Máquina de Estados	99.760	12.500	20

Unidade: Euro

Nestas condições entendeu a gestão não se justificar a apresentação de Contas Consolidadas por não concorrerem com informação e dados relevantes para os Senhores Accionistas e para o Mercado, procedendo-se na âmbito das Contas Individuais, à adopção do método da equivalência patrimonial relativamente às Sociedades “Gestigráfica” e “Naveprinter” a primeira quanto às participações detidas em 31/12/03 e a segunda quanto à participação directamente detida pela Lisgráfica.

2.2.4. VALORES ACTIVOS E PASSIVOS

As rubricas que integram o Activo e o Passivo evoluíram assim:

ACTIVO	1999	2000	2001	2002	2003
Disponível	833	4.121	1.541	2.165	918
Créditos curto prazo	25.364	12.932	15.925	16.853	19.613
Créditos M/L prazo	-	6.721	-	-	4.557
Existências	2.150	3.071	2.206	1.756	2.010
Imobilizações	88.486	130.897	130.001	127.193	112.389
Acréscimos/Diferimentos	2.559	2.996	790	507	739
Total	119.392	160.738	160.738	148.474	140.226

PASSIVO	1999	2000	2001	2002	2003
Provisões Outros Riscos e Encargos	-	-	1.250	1.250	1.620
Débitos curto prazo	24.825	47.045	53.657	53.828	46.639
Débitos M/ prazo	61.058	69.838	68.273	72.221	79.659
Acréscimos/Diferimentos	3.307	3.314	4.143	4.025	3.185
Total	89.190	120.197	120.197	131.324	131.103

Unidade: milhares de Euro

As variações mais significativas operadas nas rubricas do Activo Líquido, cujo valor total se reduziu cerca de 8.248 milhões de Euro (5,6%) registaram-se em Imobilizações, Créditos, c/ Prazo, Créditos M/L Prazo e Disponibilidades enquanto que, no tocante a Existências e Acréscimos e Diferimentos tais variações assumiram valores menos expressivos. De facto, as Imobilizações registaram um decréscimo de cerca de 14.804 mil Euro, os Créditos, c/Prazo cresceram cerca de 2.760 mil Euro, os Créditos, M/L Prazo registaram um incremento de cerca de 4.557 mil Euro e as Disponibilidades caíram cerca de 1.246 mil Euro.

As Existências e os Acréscimos e Diferimentos registaram crescimentos de cerca de 254 mil Euro e 231 mil Euro, respectivamente.

As Imobilizações reduziram-se, em termos líquidos, cerca de 14.804 mil Euro o que equivale a investimentos corpóreos realizados no ano de 2,791 milhões de Euro, às amortizações praticadas no Imobilizado Corpóreo de 8,935 milhões de Euro, ao valor dos abates líquidos de cerca de 40 mil Euro, ao crescimento líquido das Imobilizações Financeiras de 2.315 mil Euro e ao decréscimo das Imobilizações Incorpóreas de cerca de 10.936 mil Euro, derivado do registo da anulação do Trespasse associado à aquisição da Gestigráfica, em resultado do registo da venda da Heska.

Os Créditos M/L Prazo registaram um acréscimo de 4.557 mil Euro em resultado da transferência dos saldos das contas das Empresas do Grupo Guião e Videodata por força da intenção da respectiva alienação e da perspectiva da respectiva realização temporal, mantendo provisionados com uma extensão de 8,340 milhões de Euro os créditos sobre a “Gildapress”, empresa detentora da participação do “Comércio do Porto”.

Os Créditos a c/ prazo registaram um incremento de 2.760 mil Euro, ressaltando o crescimento de cerca de 4,432 milhões de Euro em “Clientes, c/c” e “Clientes, c/ Letras” explicado, fundamentalmente, pelo deslizamento do prazo médio de cobrança; um incremento na rubrica “Empresas Participadas e Participantes” da ordem de 263 mil Euro, traduzindo o incremento do crédito sobre a Holding; um decréscimo na rubrica “Empresas do Grupo” da ordem dos 200 mil Euro, em resultado da transferência para Créditos a M/L Prazo e uma redução de cerca de 1,743 milhões de Euro na

rubrica “Outros Devedores”, reflectindo a regularização dos créditos sobre a Heidelberg e TJB associados, respectivamente, à operação de substituição dos Grupos da M600 e da alienação e tomada de posição no Contrato de leasing do Prédio do Bairro Alto, bem como a redução de créditos sobre o BCPI.

As Existências registaram um crescimento de 254 mil Euro, cuja explicação assenta num incremento da existência de Matérias Primas/Subsidiárias, de cerca de 221 mil Euro, designadamente associada à inventariação e gestão de stocks das Peças e Sobressalentes da Manutenção e uma variação de cerca de 36 mil Euro da Produção em Curso, no final do exercício, já que as Mercadorias registaram uma variação inexpressiva da ordem dos 3 mil Euro.

As Disponibilidades registaram uma redução de cerca de 1.246 mil Euro resultante, essencialmente, da queda dos Depósitos a Prazo associados à consignação de receitas de Páginas Amarelas, por desnecessários e à criação da Provisão para desvalorização dos Títulos Negociáveis de 430 mil Euro, face à cotação respectiva no final do exercício.

Os Acréscimos e Diferimentos activos traduzem um crescimento de cerca de 231 mil Euro, em resultado da subida de custos suspensos no tocante nomeadamente a Juros Antecipados (290 mil Euro), do incremento em seguros (77 mil Euro) e das descidas de cerca de 59 mil Euros em Outros Custos Diferidos, em Conservação/Reparação (100 mil Euro) e Gastos com Emissão de Obrigações (36 mil Euro).

A análise do Passivo revela uma redução residual do endividamento de cerca de 221 mil Euro (0,2%).

Os Débitos a c/ Prazo revelaram uma queda de 7.189 mil Euro (13,4%) merecendo realce, neste âmbito, as reduções operadas em “Empréstimos por Obrigações”, equivalente a 2,444 milhões de Euro, por amortização financeira da última prestação; em “Dívidas a Instituições de Crédito”, “Fornecedores, c/c” e “Fornecedores, c/ Letras”, respectivamente de 5,765 milhões de Euro, 5,205 milhões de Euro e 336 mil Euro, em resultado da especialização da respectiva exigibilidade, face aos acordos celebrados com as Entidades credoras; em “Fornecedores de Imobilizado, c/c”, da ordem dos 2,289 milhões de Euro, reflectindo a especialização em C/ Prazo e M/L Prazo dos Contratos de Locação Financeira; “Estado e Outros Entes Públicos”, da ordem de 3,221 milhões de Euro, traduzindo a especialização da exigibilidade dos créditos fiscais, em resultado do PEC apresentado durante o exercício, conforme referência no capítulo Finanças deste Relatório; “Outros Credores” da ordem de 822 mil Euro, reflectindo a redução do financiamento da operação Factoring. Em sentido inverso, verificaram-se os incrementos nos créditos em “Empresas do Grupo” de cerca de 8,9 milhões de Euro em resultado da entrega, por parte da Gestigráfica de parte do produto da venda da Heska; em “Adiantamentos de Clientes” de 1,125 milhões de Euro, operação relacionada com a constituição no início do exercício de 2004, da “Nova Sociedade de Jornais” e “Outros Empréstimos Obtidos” da ordem de 2,727 milhões de Euro, traduzindo as responsabilidades associadas a dois Programas de papel Comercial que, em resultado das negociações com a Banca, se vencem durante o exercício de 2004.

As variações ocorridas em Débitos a M/L prazo que, em resumo, ascendem a 7,438 milhões de Euro, traduzem o incremento verificado em “Dívidas a Instituições de Crédito” de cerca de 3,120 milhões de Euro, consequência do reescalonamento da dívida financeira por forma a adequá-la às novas condições de Exploração; “Fornecedores, c/c” de cerca de 6,241 milhões de Euro, traduzindo os acordos celebrados com Fornecedores estratégicos de consolidação da dívida; “Estado e Outros Entes Públicos” com incremento de cerca de 6,4 milhões de Euro, parcela que constitui o valor vencível a mais de um ano da dívida fiscal apresentada ao PEC.

A redução em “Outros Empréstimos Obtidos” de cerca de 5,483 milhões de Euro, em resultado da consolidação da dívida negociada com as Instituições Financeiras e sua transferência parcial para o curto prazo; a redução das Responsabilidades por Contratos de Locação Financeira em cerca de 2,7 milhões de Euro, traduzindo a passagem para o curto prazo dos vencimentos a um ano e, em consequência do abrandamento do investimento, a redução da dívida.

Tais responsabilidades ascendem no total a 30,8 milhões de Euro, estando alojados no curto prazo cerca de 4,4 milhões de Euro.

Os “Acréscimos e Diferimentos” passivos registaram uma redução de cerca de 840 mil Euro, sendo que em Acréscimos de Custos se registou uma variação decrescente de cerca de 586 mil Euro, enquanto que em Proveitos Diferidos se verificou uma variação no mesmo sentido de cerca de 254 mil Euro.

Mantendo a perspectiva cautelosa que levou à sua criação, foi reforçada a Provisão para Outros Riscos e Encargos em 370 mil Euro para fazer face a um conjunto de situações contingentes.

2.2.5. DESPESAS

Os encargos ao longo dos últimos cinco anos, evoluíram do seguinte modo:

	1999	2000	2001	2002	2003
CMVC	11.757	12.926	12.965	12.334	9.614
FSE	11.454	11.306	10.188	8.801	7.301
Despesas c/ o Pessoal	12.887	13.057	13.578	12.409	12.062
Despesas Financeiras	5.196	6.279	8.104	7.827	5.126
Amortizações / Provisões	8.157	9.063	9.855	9.143	9.059
Outras Despesas / Encargos	498	3.826	6.780	4.611	4.552
TOTAL	49.949	56.457	61.470	55.125	47.714

Unidade: Milhares de Euro

A variação de Custos do Exercício, relativamente ao ano anterior, traduz uma poupança de cerca de 7.411 mil Euro (13,4%) tendo-se registado decréscimos em todas as rubricas, ainda que nalgumas tenha uma expressão marginal.

O Custo das Mercadorias Vendidas/Consumidas representou 23,4% da facturação e reflectiu uma economia cerca de 2.720 mil Euro em relação ao ano anterior, traduzindo uma melhoria de 4,7% no rácio CMCV/Vendas+Prestação de Serviços, reflectindo uma melhor eficiência de utilização das matérias-primas, sem descurar a influência da incorporação de papel, designadamente nos Folhetos/Catálogos.

De facto registou-se uma flagrante redução do consumo de papel como matéria-prima de cerca de 2,430 milhões de Euro (44,8%), resultante da incorporação de papel na produção de Folhetos/Catálogos que caiu no exercício, não tendo significado a redução de papel não transformado (83 mil Euro em 2002, contra 46 mil Euro em 2003).

No tocante a outras matérias primas, registou-se uma redução de Tintas de cerca de 160 mil Euro (3,4%), um agravamento de Chapas de cerca de 11 mil Euro (1%) e uma economia de Outras Matérias subsidiárias de cerca de 103 mil Euro (11,5%).

Em resultado de tais variações, o peso relativo do CMVC nas Receitas melhorou 4,7%, uma vez que estas em valor nominal tiveram uma queda de 2.827 mil Euro (43.833 mil Euro em 2002, contra 41.006 mil Euro em 2003), enquanto que os consumos registaram uma economia de 2.720 mil Euro (22%)

Os FSE registaram um decréscimo de 1.500 mil Euro (17%), reflectindo uma proporção de 17,8 % da facturação, contra 20% em 2002, a despeito da queda da facturação.

Registou-se uma redução significativa em Subcontratos da ordem dos 1.474 mil Euro, resultante de menor recurso à subcontratação, designadamente em matéria de Impressão (1.134 mil Euro), Fotolito (363 mil Euro), por recurso acrescido ao CTP e um ligeiro acréscimo em Acabamento (23 mil Euro).

As variações ocorridas no concernente às rubricas de Serviços de Terceiros foram menos expressivas, verificando-se desvios nos dois sentidos que praticamente se anularam, merecendo contudo realce a verificação de desvios favoráveis nas rubricas de Conservação (17 mil Euro), Limpeza e Segurança (174 mil Euro), Trabalhos Especializados (121 mil Euro), e desvios desfavoráveis em rubricas como Electricidade (159 mil Euro), Gás (76 mil Euro), Rendas e Alugueres (29 mil Euro) e Outros Fornecimentos e Serviços (54 mil Euro).

As Despesas com Pessoal caíram em relação ao ano anterior cerca de 347 mil Euro (2,8%), representando 29,4 % das Vendas Líquidas, contra 28,6% em 2002.

O desagravamento real é, contudo, superior uma vez que os Custos compreendem cerca de 1.137 mil Euro de Indemnizações e Pré-Reformas que não têm correspondência no ano transacto.

O desagravamento registado resulta das medidas tomadas durante o exercício, quer no domínio da alteração de regime laboral, quer no tocante a redução de efectivos.

Deste modo, constatamos que a rubrica “Ordenados e Encargos Sociais” registou uma queda de 915 mil Euro (10%), enquanto que o recurso a Horas Extraordinárias decresceu cerca de 132 mil Euro (7,7%), em relação ao ano anterior.

As restantes rubricas decresceram por arrastamento natural – Seguros, Custos de Acção Social e Outros Custos com Pessoal, ainda que com variações de grandeza diversa, apenas se verificando um ligeiro agravamento em Refeições e Subsídio de Turno.

A não consideração dos custos incorridos com Indemnizações e Pré-Reformas levaria o desagravamento a assumir a expressão de 1.484 mil Euro (12%) e as Despesas com Pessoal em 2003 passariam a representar em relação à Facturação líquida apenas 26,6%, contra os 29,4% acima assinalados e os 28,6% suportados em 2002.

Face às medidas tomadas no tocante ao reenquadramento e consolidação da dívida financeira e à evolução das condições de acesso ao crédito, as Despesas Financeiras traduziram um desagravamento de 2.700 mil Euro (34,5%), sendo que os Custos do exercício de 2002 estão sobrecarregados com cerca de 565 mil Euro inerentes à alienação da Grafimadeira, por força da anulação do método da equivalência patrimonial a tal activo financeiro.

Face às Vendas Líquidas, os Custos Financeiros representaram em 2003 cerca de 12,5%, contra 18,0% em 2002.

As medidas tomadas no domínio do reenquadramento e consolidação da dívida aliadas à evolução das taxas produziu efeitos em quase todas as fontes de financiamento assumindo particular realce em Juros de Empréstimos Bancários (1.394 mil Euro em 2003, contra 1.846 mil Euro em 2002), Juros de Leasing (1.833 mil Euro em 2003, contra 1.707 mil Euro em 2002), Juros de Papel Comercial (786 mil Euro em 2003, contra 1.044 mil Euro em 2002), e Juros de Factoring (190 mil Euro em 2003, contra 297 mil Euro em 2002) e Juros de Obrigações (53 mil Euros em 2003, contra 301 mil Euro em 2002), decorrentes da extinção do Empréstimo Obrigacionista.

As restantes rubricas situaram-se a níveis idênticos, entre os dois exercícios, salvo “Outros Custos Financeiros que registou um desagravamento expressivo – 1.241 mil Euro – justificado pelo facto de o exercício de 2002 comportar o efeito de perdas registadas na alienação de associadas.

As amortizações do exercício, mantendo consistência com o exercício anterior em matéria de taxas, registaram um decréscimo de 193 mil Euro, reflexo do fim da vida fiscal de alguns bens e do abrandamento de investimento no exercício.

Do valor de 8.940 mil Euro de amortizações praticadas, couberam a bens adquiridos em Leasing cerca de 5.093 mil Euro, a Bens Próprios cerca de 3.487 mil Euro e a Bens Reavaliados cerca de 359 mil Euro, representando tal classe de Custo cerca de 21,8% da Facturação líquida, contra os 20,8% no exercício de 2002, dada a característica inelástica de tal parcela de custo.

As Provisões praticadas no exercício, destinadas a contemplar Clientes e Outros Devedores de Cobrança Duvidosa, bem como a depreciação de existências, atingiram 119 mil Euro, representando cerca de 0,3% da Facturação Líquida.

Cabe ainda referir que os custos de 2003 incluem, classificados como Custos Extraordinários, cerca de 3.795 mil Euro a título de Provisões, visando o saneamento do Balanço, designadamente a título de Provisões para Investimentos Financeiros relacionadas com a próxima alienação de Empresas do Grupo e Associadas, para além de 423 mil Euro de Impostos Indirectos e 217 mil Euro de multas e penalidades contratuais.

2.2.6. CAPITAIS PRÓPRIOS

A sua evolução foi a seguinte:

	1999	2000	2001	2002	2003
Capital	19.952	19.952	20.000	19.527	19.527
Reservas/Ajustamentos	7.895	18.785	14.476	3.515	(5.255)
Resultados Retidos	2.355	1.754	(11.336)	(5.892)	(5.148)
TOTAL	30.202	40.541	23.140	17.151	9.124

Unidade: Milhares de Euro

O Resultado Líquido do exercício findo em 31/12/02 foi na sua totalidade transferido para a rubrica Resultados Transitados.

As alterações operadas nos Capitais Próprios, durante o exercício, para além das que envolveram a aplicação de resultados do exercício no valor de 5.891 mil Euro, traduziram-se na transferência para “Ajustamentos de Partes de Capital” de 10.308 mil Euro, relacionados com o prémio de emissão derivado do aumento de capital da Gestigráfica, bem como a redução derivada do abate do trespasse líquido das amortizações praticadas, registado aquando da aquisição da Gestigráfica, decorrente da alienação da Heska no valor de 10.930 mil Euro e, ainda, o reconhecimento da menos valia associado à referida alienação com a expressão de 1.457 mil Euro.

Foram ainda relevados em Resultados Transitados as Provisões destinadas a suportar a desvalorização de Títulos Negociáveis e o reforço de Provisões para Outros Riscos E encargos.

Os Capitais Próprios da Empresa registaram uma queda de 8.027 mil Euro (46,8%), pelo efeito conjugado dos resultados líquidos apurados no exercício, que se situaram em (5.148) mil Euro e pelos saneamentos acima referidos.

A relação Capitais Próprios/Capitais Alheios evoluiu de 13,0% em 2002 para 7,0% em 2003, em resultado da redução dos Capitais Próprios e da manutenção, praticamente ao mesmo nível, do Passivo exigível muito embora o horizonte de exigibilidade tenha melhorado.

Do valor alojado em Reservas de Reavaliação Fiscais (15,228 milhões de Euro), foram realizados no exercício cerca de 530 mil Euro, pelo que o valor realizado acumulado no final de 2003 representa 5,6 milhões de Euro enquanto que, no que respeita à Reavaliação Livre, operada em 2000, que implicou uma Reserva de Reavaliação de cerca de 19,058 milhões de Euros, estão realizadas Reservas no montante aproximado de 3,548 milhões de Euro.

2.2.7. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS E DE ACTIVIDADE

	1999	2000	2001	2002	2003
Produção (mil Euro)	51.239	53.994	48.165	45.769	41.566
Activo Líquido (mil Euro)	119.392	160.738	150.463	148.474	140.226
Situação Líquida (mil Euro)	30.202	40.541	23.140	17.151	9.124
Desp. c/ Pessoal (mil Euro)	12.887	13.057	13.578	12.409	12.062
Papel Transformado (Ton.)	75.000	80.000	80.000	85.000	85.000
Exemplares/semana (mil.)	6.250	6.500	6.750	7.000	7.250
Capacidade Produtiva *	535	675	675	700	700
Remuneração per/capita (mil Euro)	25,6	24,6	25,7	25,4	29,5
VAB (mil Euro)	39.480	41.068	35.200	33.435	31.952
VAB Per Capita (mil Euro)	78,5	77,3	66,7	68,4	78,1
Meios Libertos (mil Euro)	11.990	10.911	(1.538)	3.346	3.981
Autonomia Financeira (%)	25,3	25,2	15,4	11,5	6,5
EBITDA (mil Euro)	17.116	16.190	6.127	11.041	8.989

* Milhares de cadernos de 16 páginas/hora.

2.2.8. RESULTADOS

	1999	2000	2001	2002	2003
Resultados Operacionais	6.585	7.041	912	2.402	3.057
Resultados Financeiros	(2.953)	(4.852)	(7.114)	(7.684)	(4.736)
Resultados antes Impostos	3.837	1.848	(11.214)	(5.282)	(5.077)
Imposto s/ Rendimento	1.481	94	122	95	71
Resultados Líquidos	2.356	1.754	(11.336)	(5.892)	(5.148)

Unidade: Milhares de Euro.

Tal como no exercício precedente, foram altamente desfavoráveis as condições em que a actividade foi desenvolvida, com uma conjuntura económica de recessão, com a persistência da queda do investimento publicitário e a consequente reacção dos editores emagrecendo as publicações, reduzindo as tiragens e suspendendo ou desistindo de novos projectos que tinham em carteira, a par de um acentuada concorrência entre unidades gráficas nacionais e espanholas que, face à crise instalada no país vizinho, procuram alternativa no mercado português.

As medidas tomadas pela gestão no sentido de minorar os efeitos da crise, quer em matéria comercial buscando mercados/segmentos menos vulneráveis ao fenómeno publicitário, quer de gestão interna em matéria de custos, apenas parcialmente resultaram.

Em matéria de Vendas, e a despeito da tentativa de penetração em mercados menos vulneráveis à crise da publicidade, registou-se um desvio de 2,8 milhões de Euro, quase todo justificado pela quebra na Família de Folhetos/Catálogos, onde o esmagamento de margens e a necessidade de investimento prévio de papel, desmotiva o risco.

Em matéria de Custos, as medidas tomadas geraram efeitos mais visíveis, tendo-se registado uma economia de cerca de 7,4 milhões de Euro (13,4%). A despeito de a estrutura de custos da empresa apresentar uma certa rigidez e acrescendo a circunstância de ter saído de um ciclo de forte investimento orientado para o aumento da capacidade produtiva, as amortizações e os custos financeiros inerentes mantiveram-se num patamar alto.

Por outro lado, e em consequência das medidas tendentes a recentrar as preocupações da gestão no *core business*, foram desencadeadas operações de saneamento das Contas que implicaram o registo de perdas, através da correspondente provisão, decorrentes da próxima alienação de associadas representando valores da ordem dos 3,795 milhões de euro.

Todas estas circunstâncias, actuando em conjunto, determinaram que as performances registadas fossem negativas e conduzissem a Resultados que a seguir comentamos.

Os Resultados Operacionais apurados foram de 3.057 mil Euro, superiores aos do exercício anterior cerca de 655 mil Euro porquanto, variando negativa e nominalmente os Proveitos Operacionais cerca de 4.203 mil Euro, aconteceu que as variações dos Custos Operacionais registaram uma melhoria de cerca de 4.858 mil Euro.

Os Resultados Financeiros assumiram a expressão de (4.736) mil Euro, contra (7.684) mil Euro em 2002 melhorando, em consequência, cerca de 2.948 mil Euro (38,4%). Esta evolução deriva do desagravamento dos Encargos Financeiros em 2.700 mil Euro, cujas causas foram já referidas no capítulo da Despesa, bem como do aumento cifrado em cerca de 248 mil Euro de Proveitos Financeiros.

Os Resultados Correntes assumem a expressão de (1.679) mil Euro, contra (5.282) mil Euro em 2002.

Os Resultados Extraordinários variaram negativamente cerca de 2.884 mil Euro, por efeito conjugado do aumento de 148 mil Euro dos Custos Extraordinários (3.931 mil Euro em 2002, contra 4.079 mil Euro em 2003), e da queda dos Proveitos Extraordinários que registaram uma redução de cerca de 2.738 mil Euro (3.418 mil Euro em 2002, contra 680 mil Euro em 2003).

Para estas variações concorreram, no tocante a Proveitos, a não verificação de nenhuma situação equivalente à utilização da Provisão criada para os créditos detidos sobre a Renascença Gráfica, em resultado da sua cedência à Gestprint ocorrida em 2002 e, no que respeita a Custos, o registo de cerca de 3.795 mil Euro a título de Provisões, com vista ao saneamento do Balanço, designadamente das rubricas de Investimentos Financeiros.

O Cash-flow atingiu 3.981 mil Euro, contra 3.346 mil Euro em 2002, registando um incremento de 635 mil de Euro, reflexo da melhoria registada no Resultado Líquido de cerca de 745 mil Euro, já amplamente justificado e de uma descida da rubrica Amortizações/Provisões de cerca de 84 mil Euro, conjugados com uma redução da tributação autónoma de 25 mil Euro.

A Autonomia Financeira, já influenciada do efeito tributário, e a despeito da ligeira redução do Activo Líquido (8.248 mil Euro) atingiu a expressão de 6,5%, contra o índice de 11,5% verificado em 2002, por força da queda dos Capitais Próprios de cerca de 8 milhões de Euro, explicada em 2.2.6.

3. PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2004

Tomando como base os dados da conjuntura relativos ao primeiro trimestre e as estimativas macro-económicas para 2004 do Banco de Portugal, somos levados a admitir que o exercício de 2004, será condicionado ainda não por um clima de retomas, pelo menos, estão afastadas as perspectivas de recessão e mesmo de estagnação que caracterizaram a economia portuguesa durante os últimos três exercícios.

Ciente de tal realidade, a Lisgráfica tomou em devido tempo as medidas que considerou adequadas para minorar os efeitos de tal conjuntura preservando sempre as características que identificam a empresa no panorama do sector, designadamente, flexibilidade/agilidade, independência e equidistância.

Tais medidas tiveram já efeitos visíveis no exercício precedente, e espera-se que produzam consequências mais consistentes em 2004, designadamente as derivadas de índices de produtividade dos recursos disponíveis, visando a optimização da relação custo/produção, prosseguindo o processo de adaptação dos recursos materiais e humanos às actuais condições de mercado.

A construção do Programa Económico – Financeiro para o ano de 2004 foi feita em moldes conservadores, contemplando a autonomização da “Operação Jornais”, tendo em linha de conta que a concorrência e esmagamento de margens ainda perdurará adoptando, em consequência, um *pricing* ajustado a tal realidade, e no pressuposto de que as Vendas no Segmento de Folhetos/Catálogos manterá o nível atingido em 2003.

Dos elementos já conhecidos do 1º trimestre do ano em curso, ressalta que em matéria de Receitas nos encontramos ligeiramente abaixo do Programa Económico fixado, enquanto que em matéria de Custos nos situamos dentro do Programa, desempenhos que nos animam a alimentar a expectativa de que será cumprido o Orçamento de 2004, o que nos faz alimentar a esperança de que o exercício de 2004 constitua o regresso à faixa do lucro, invertendo um ciclo de três anos de exploração deficitária.

Durante o exercício de 2003 a Lisgráfica preparou-se para a transição da Certificação de Qualidade; após Auditorias promovidas para o efeito, foi emitido certificado pela APCER em 15/12/2003, através do qual se produziu a transição da Norma NP EN ISO 9001:1995 para a Norma NP EN ISO 9001:2000. Já no decurso do 1º trimestre de 2004, teve lugar uma auditoria de acompanhamento no âmbito da Certificação de Qualidade, tendente a verificar a adequação dos procedimentos da Empresa a tal Norma.

Em Janeiro, e no quadro da autonomização da “Operação Jornais”, foi constituída uma Nova Empresa “Grafedisport”, detida em partes iguais pela Lisgráfica e Investec, com o capital social de 2,5 milhões de Euro, a qual integrou cerca de 35 trabalhadores do antigo Departamento de Jornais da Lisgráfica.

A Grafedisport tomou a carteira dos clientes de jornais da Lisgráfica, opera logisticamente nas instalações da Lisgráfica em Queluz de Baixo, ao abrigo de um protocolo de colaboração que envolve cedência de espaço e de infra-estruturas, e tem como equipamento a nova *Rotativa Regioman*, cuja instalação começou ainda em 2003 e, nesta data, está já a operar, e um conjunto de equipamentos cedidos pela Lisgráfica como forma de realização da sua parte no capital.

Desenvolver-se-ão medidas de alienação de activos não operacionais envolvendo algumas participações financeiras, designadamente as relativas a Guião, Videodata e Máquinas de Estado, cujo impacto nas contas foi já reconhecido em 31 de Dezembro.

Em paralelo, e dando seguimento a medidas empreendidas e concretizadas em 2003 no tocante à reestruturação do passivo financeiro, estão em curso e prosseguirão em 2004 novas negociações com parceiros financeiros e fornecedores estratégicos, tendentes a ajustar de forma satisfatória para ambas as partes, compromissos da dívida à evolução previsível da conjuntura económica e da capacidade financeira da empresa.

Neste quadro, merece realce a reabertura do dossier de avaliação do património imobiliário, tendente à possibilidade da sua alienação.

Em tal cenário a celebração de um contrato de arrendamento simultâneo, permitiria o encaixe subjacente, reduzir significativamente o passivo financeiro, e adequar mais harmoniosamente os capitais Próprios e alheios da Empresa.

Cabe aqui uma palavra de apreço e agradecimento aos parceiros contactados a este propósito que, na sua generalidade, e no âmbito de uma relação de muitos anos, têm manifestado disponibilidade para encontrar a solução pela Lisgráfica desejada.

Em 21 de Janeiro, e no seguimento de um incêndio que deflagrou nas instalações da Empresa, sofreram danos significativos duas Rotativas Comerciais ficando, em consequência, afectada a capacidade de produção da Empresa.

Tomadas as medidas convenientes no sentido de minorar o efeito que tal sinistro provocou, em matéria de cumprimento de contratos com Clientes, foi recuperada uma das rotativas sinistradas em três semanas, enquanto no que respeita à outra rotativa, parcialmente perdida, foi contratada a respectiva substituição, estando assegurada a instalação da unidade nova para finais de Junho, estando em produção efectiva em fins de Setembro.

As consequências de tal acidente estavam devidamente cobertas pela Seguradora, estando a gestão convicta de que o valor da indemnização já contratada será suficiente para cobrir os prejuízos patrimoniais e relativos a perdas de exploração derivados de subcontratos e/ou transportes a suportar.

4. NOTAS FINAIS

Não se verificaram negócios entre os Administradores e a Sociedade.

Não se verificou durante o exercício a aquisição de acções próprias, pelo que a Sociedade mantém na sua carteira 52.213 acções próprias, ao mesmo tempo que, tendo renunciado à subscrição dos direitos de accionista, no aumento de capital do BCP, mantém na sua carteira de títulos 110.953 acções daquela Instituição Financeira..

Foi mantido o princípio da consistência contabilística em matéria de amortização de activos imobilizados, do tratamento dos bens adquiridos em regime de Leasing, adoptados no exercício de 1993 e, ainda, da equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras.

Aos Banqueiros, Locadoras e Companhias de "Factoring" dedicamos uma palavra de agradecimento pelo apoio prestado, que nos permitiu o conjunto de realizações que aqui deixamos assinaladas.

À ICI – Império Comércio e Indústria, S.A. uma palavra de reconhecimento pela forma exemplar como conduziu a apreciação e análise do sinistro ocorrido no início do ano de 2004 , pela pronta resposta que deu e pela disponibilidade que manifestou para, em conjunto com a Lisgráfica, encontrar soluções que permitissem minorar os efeitos do sinistro. Idêntico reconhecimento manifestamos às Unidades Gráficas, nacionais e internacionais que se dispuseram a prestar a colaboração que fosse necessária para que a Lisgráfica não deixasse de honrar os seus compromissos.

Aos Editores manifestamos o nosso apreço pela confiança depositada, assegurando-lhes que continuaremos a dedicar-lhes no futuro idêntica colaboração e apoio e a pôr ao seu serviço o melhor da nossa experiência e competência.

Ao Conselho Fiscal propomos um voto de louvor pela forma como acompanhou a gestão da Empresa.

Aos trabalhadores cabe ainda uma palavra de reconhecimento e apreço pela dedicação e entusiasmo que puseram no exercício das suas atribuições e pelo denodo e espírito de sacrifício que puseram no combate ao incêndio de Janeiro.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração apresenta à deliberação dos Senhores Accionistas a seguinte proposta de aplicação de resultados:

“ Que, após a constituição de uma Provisão para Impostos sobre lucros, o Resultado apurado no exercício de 2003, no montante de Euro (5.147.662,33) (Cinco milhões, cento e quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta e dois Euro e trinta e três cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

1. Para Resultados Transitados, a totalidade do prejuízo.”

Finalmente, nos termos do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, tendo em conta a circunstância de, em resultado de três exercícios sucessivos de exploração deficitária, e das medidas de saneamento do Balanço empreendidas pela gestão, as Contas do exercício de 2003 ilustrarem que os Capitais Próprios, com uma extensão de 9,123 milhões de Euro se situam abaixo de metade do capital social de 20 milhões de Euro, alertamos os Senhores Accionistas para esta situação.

É convicção do Conselho de Administração, no entanto, que tal situação se reverterá antes do fim do exercício de 2004 e, por isso, vem propor aos Senhores Accionistas, que só as medidas elencadas nas alíneas b), c) e d) do nº 1 do artigo 35º do CSC, sejam submetidas a análise e deliberação na Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício de 2003.

Queluz de Baixo, 30 de Abril de 2004.

O Conselho de Administração

António Brás Monteiro – Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luís André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO NOS TERMOS DOS ARTIGOS NÚMEROS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

1 – Nos termos do n.º 5 do art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que não ocorreram, durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2003, quaisquer transacções envolvendo acções da Empresa por parte de membros do Conselho de Administração.

2 – Nos termos do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de accionistas que, na data de encerramento do exercício social, eram titulares de acções da Empresa:

- GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.: 2.924.521 acções (73,11%).
- OCIDENTAL – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. : 194.192 acções (4,85%).

INFORMAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º DO ART.20º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS (IMPUTAÇÃO DE DIREITOS DE VOTO)

Em 31 de Dezembro de 2003 a GESTPRINT – S.G.P.S., S.A. detém 2.924.521 acções da LISGRÁFICA que representam 73,113% dos direitos de voto correspondentes.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS ANEXAS. REPORTADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2003 (VALORES EM EURO)

Autofinanciamento	3.181.516
Acções próprias (Quantidade, Valor Unitário e Valor Nominal):	
52.213 a € 5	261.065

Durante o exercício não foram efectuadas operações sobre acções próprias.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2003			2002
		AB	AP	AL	AL
IMOBILIZADO:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	10	19.691	18.942	749	6.139
Trespases	10	-	-	-	10.930.678
		19.691	18.942	749	10.936.817
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	10	14.084.357	-	14.084.357	14.084.357
Edifícios e outras construções	10	36.571.369	10.405.746	26.165.623	27.200.891
Equipamento básico	10	114.261.662	64.988.813	49.272.849	56.200.387
Equipamento de transporte	10	701.603	423.003	278.600	265.594
Ferramentas e utensílios	10	56.868	30.810	26.058	32.259
Equipamento administrativo	10	1.285.229	761.482	523.747	459.705
Outras imobilizações corpóreas	10	742.431	195.868	546.563	575.154
Imobilizações em curso	10	1.980.381	-	1.980.381	1.493.061
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	10	1.250.000	-	1.250.000	-
		170.933.900	76.805.722	94.128.178	100.311.408
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	10, 16 e 34	19.343.703	3.696.710	15.646.993	10.424.791
Partes de capital em empresas associadas	10, 16 e 34	2.696.567	98.760	2.597.807	2.456.581
Títulos e outras aplicações financeiras	10	14.964	-	14.964	14.964
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	10	-	-	-	3.048.438
	34	22.055.234	3.795.470	18.259.764	15.944.774
CIRCULANTE:					
Existências:					
Matérias-primas,subsidiárias e de consumo	34 e 41	1.820.336	23.350	1.796.986	1.576.153
Produtos e trabalhos em curso	42	78.277	-	78.277	42.198
Mercadorias	41	134.814	-	134.814	137.207
		2.033.427	23.350	2.010.077	1.755.558
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:					
Clientes, conta corrente		618.781	-	618.781	-
Empresas do grupo	16	3.406.989	-	3.406.989	-
Outros devedores	34	8.871.424	8.339.823	531.601	-
		12.897.194	8.339.823	4.557.371	-
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, conta corrente		18.057.284	-	18.057.284	13.603.219
Clientes - títulos a receber		104.566	-	104.566	126.544
Clientes de cobrança duvidosa	23 e 34	8.365.338	8.365.338	-	-
Empresas do grupo	16	67.702	-	67.702	266.005
Empresas participadas e participantes	16	272.692	-	272.692	9.605
Adiantamentos a fornecedores		2.131	-	2.131	9.133
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		80.944	-	80.944	1.018
Estado e outros entes públicos	48	30.000	-	30.000	96.585
Outros devedores	16 e 34	1.119.346	121.519	997.827	2.741.232
		28.100.003	8.486.857	19.613.146	16.853.341
Títulos negociáveis:					
Outras aplicações de tesouraria	34	629.972	430.000	199.972	629.972
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários	50 e 52	716.974		716.974	1.529.761
Caixa	52	1.599		1.599	5.593
		718.573		718.573	1.535.354
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	49	16.241		16.241	-
Custos diferidos	49	722.310		722.310	507.207
		738.551		738.551	507.207
Total de amortizações			76.824.664		
Total de provisões			21.075.500		
Total do activo		238.126.545	97.900.164	140.226.381	148.474.431

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
(Montantes expressos em Euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2003	2002
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	36, 37 e 40	20.000.000	20.000.000
Acções próprias - Valor nominal	40	(261.065)	(260.437)
Acções próprias - Descontos e prémios	40	(213.056)	(212.544)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	8.056.989	(2.251.191)
Reservas de reavaliação	40	28.021.789	28.021.789
Reservas:			
Reserva legal	40	907.140	906.512
Outras reservas	40	8.424	7.912
Resultados transitados	40	(42.248.987)	(23.169.677)
Subtotal		14.271.234	23.042.364
Resultado líquido do exercício	40	(5.147.662)	(5.891.680)
Total do capital próprio		9.123.572	17.150.684
PASSIVO:			
Provisões para riscos e encargos:			
Outras provisões para riscos e encargos	34	1.620.000	1.250.000
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	50	25.176.306	22.056.315
Fornecedores, conta corrente	53	6.240.744	-
Outros empréstimos obtidos	50	14.436.363	19.919.619
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		70.116	186.521
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	54	27.317.378	30.058.283
Estado e outros entes públicos	28 e 48	6.417.847	-
		79.658.754	72.220.738
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis	50	299	2.444.309
Dívidas a instituições de crédito	50	3.562.550	9.326.896
Fornecedores, conta corrente		11.290.581	16.495.494
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		46.482	79.308
Fornecedores - títulos a pagar		1.612.089	1.947.990
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		495.634	541.353
Empresas do grupo	16	9.067.954	169.939
Empresas participantes	16	220.940	-
Adiantamentos de clientes		1.125.000	-
Outros empréstimos obtidos	50	4.738.595	2.011.678
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	7.508.195	9.797.283
Estado e outros entes públicos	28 e 48	1.513.175	4.734.446
Outros credores	51	5.457.840	6.279.712
		46.639.334	53.828.408
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	49	1.393.642	1.980.094
Proveitos diferidos	49	1.791.079	2.044.507
		3.184.721	4.024.601
Total do passivo		131.102.809	131.323.747
Total do capital próprio e passivo		140.226.381	148.474.431

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2003		2002	
Custo das mercadorias vendidas e materias consumidas:					
Mercadorias	41	46.102		82.990	
Matérias	41	9.567.725	9.613.827	12.250.517	12.333.507
Fornecimentos e serviços externos			7.300.620		8.800.506
Custos com o pessoal:					
Remunerações		8.033.913		8.934.195	
Encargos sociais:					
Pensões		-		16.361	
Outros		4.028.426	12.062.339	3.458.326	12.408.882
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	8.940.047		9.132.650	
Provisões	34	118.698	9.058.745	10.189	9.142.839
Impostos		423.319		559.208	
Outros custos e perdas operacionais		50.111	473.430	122.430	681.638
(A)			38.508.961		43.367.372
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	-		1.676.945	
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	45	-		41	
Juros e custos similares:					
Outros	45	5.126.134	5.126.134	6.149.575	7.826.561
(C)			43.635.095		51.193.933
Custos e perdas extraordinários	46		4.078.717		3.931.328
(E)			47.713.812		55.125.261
Imposto sobre o rendimento do exercicio	48		70.433		95.470
(G)			47.784.245		55.220.731
Resultado líquido do exercício			(5.147.662)		(5.891.680)
			42.636.583		49.329.051
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas:					
Mercadorias		37.525		346.060	
Produtos	44	40.968.768	41.006.293	43.486.900	43.832.960
Variação da produção	42		36.079		(3.317)
Trabalhos para a própria empresa			147.470		205.000
Proveitos suplementares			375.901		1.734.625
(B)			41.565.743		45.769.268
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	307.670		86.910	
Rendimentos de participações de capital		-		16.607	
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:					
Outros		11.679		688	
Outros juros e proveitos similares:					
Outros	45	71.113	390.462	38.023	142.228
(D)			41.956.205		45.911.496
Proveitos e ganhos extraordinários	46		680.378		3.417.555
(F)			42.636.583		49.329.051
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			3.056.782		2.401.896
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =			(4.735.672)		(7.684.333)
Resultados correntes: (D) - (C) =			(1.678.890)		(5.282.437)
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			(5.077.229)		(5.796.210)
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =			(5.147.662)		(5.891.680)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
(Montantes expressos em Euros)**

	2003	2002
Vendas e prestações de serviços	41.006.293	43.832.960
Custo das vendas e das prestações de serviços	(33.564.713)	(38.505.489)
<i>Resultados brutos</i>	7.441.580	5.327.471
Outros proveitos e ganhos operacionais	375.901	1.686.303
Custos de distribuição	(505.434)	(551.563)
Custos administrativos	(2.327.881)	(2.867.462)
Outros custos e perdas operacionais	(1.256.584)	(1.192.369)
<i>Resultados operacionais</i>	3.727.582	2.402.380
Custo líquido de financiamento	(5.314.015)	(6.064.643)
Ganhos(perdas) em filiais e associadas	307.670	(1.590.035)
Ganhos(perdas) em outros investimentos	(2.996)	(543.912)
Resultados não usuais ou não frequentes	(3.795.470)	-
<i>Resultados correntes</i>	(5.077.229)	(5.796.210)
Impostos sobre os resultados correntes	(70.433)	(95.470)
<i>Resultados correntes após impostos</i>	(5.147.662)	(5.891.680)
<i>Resultado líquido do exercício</i>	(5.147.662)	(5.891.680)
Resultados por acção	(1,29)	(1,47)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, jornais, boletins e listas telefónicas.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.d), infra. A Empresa não irá preparar demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei 238/91 está dispensada de o fazer, em virtude de: (i) as participações financeiras no Guião – Divulgação Promocional Indústrias, Comércio, S.A. ("Guião") e Videodata – Desenvolvimento Base e de Dados, S.A. ("Videodata"), encontram-se em 31 de Dezembro de 2003 em processo de negociação para venda e (ii) as participações financeiras em empresas do grupo, relativas à Gestigráfica - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e Grafilis – Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Grafilis") não são materialmente relevantes no seu conjunto, para a apresentação da imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultado do grupo.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem, essencialmente, despesas incorridas com aumentos de capital encontram-se registadas ao custo, e são amortizadas durante um período de três anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, excepto, os imóveis afectos à actividade industrial, que foram objecto de uma reavaliação extraordinária efectuada no exercício de 2000, com base em relatórios de avaliação efectuados por entidades independentes. Esta reavaliação extraordinária originou àquela data, aumentos de 21.958.923 Euros e 2.900.375 Euros, respectivamente, nos valores das referidas imobilizações e respectivas amortizações acumuladas. Em 31 de Dezembro de 2003, o efeito líquido desta reavaliação extraordinária nos capitais próprios da Empresa ascende a 15.510.266 Euros (Nota 13).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, sobre os valores de custo ou reavaliado dos imobilizados, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20 a 40
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	8 a 14
Ferramentas e utensílios	8 a 10
Equipamento administrativo	6 a 16
Outras imobilizações corpóreas	16

Como resultado das reavaliações efectuadas, quer extraordinárias, quer legais (Nota 12), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foram aumentadas em 359.210 Euros e 530.004 Euros, respectivamente. O primeiro destes montantes, não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) e o segundo não o é em 40%. Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em 2.828.595 Euros, decorrente das reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais e em 9.017.366 Euros, decorrentes da reavaliação extraordinária (Nota 13).

A Empresa capitaliza as despesas suportadas com grandes reparações efectuadas no equipamento básico que comprovadamente prolongarão a sua vida útil. Estas despesas são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de cinco anos.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3.b), são registados como custos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros nas empresas Guião, Máquinas de Estados – Sistemas Informáticos, Electrónicos e de Telecomunicações, Lda. (“Máquinas de Estados”) e Videodata encontram-se registados ao custo de aquisição, diminuído de provisões para perdas estimadas na sua realização.

Os restantes investimentos financeiros nas empresas do grupo e associadas estão registados pelo método da equivalência patrimonial. Na data da primeira aplicação deste método (1 de Janeiro de 1997) as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios das empresas participadas reportados a essa data, foram registadas no capital próprio na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. Em exercícios subsequentes, o valor das participações financeiras foi ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das participadas por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros, bem como por outras variações verificadas nos capitais próprios dessas empresas por contrapartida da rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. As diferenças apuradas após 1 de Janeiro de 1997, na aquisição de investimentos financeiros, são registadas em trespases e são amortizadas no período em que se estima recuperar aqueles investimentos.

e) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas) como método de custeio. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao respectivo valor de mercado.

f) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

A provisão para créditos de cobrança duvidosa foi calculada com base na avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

g) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 49).

h) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos, a fundo perdido, para financiamento da aquisição de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos (Nota 49), e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

i) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados.

j) Impostos diferidos

A Empresa não registou os impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação, tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística n.º 28 (Nota 6).

k) Outras aplicações de tesouraria

As aplicações de tesouraria referem-se a aplicações em acções e encontram-se registadas ao custo de aquisição, diminuído de uma provisão para o ajustar ao respectivo valor de mercado.

l) Letras descontadas

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas à data do balanço são deduzidos à correspondente rubrica do activo, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização de exercícios (Nota 26).

m) Operações de “factoring”

As contas a receber cedidas em “factoring” estão evidenciadas ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas empresas de “factoring” são registados no passivo numa rubrica de “Outros credores” e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber, à medida que se efectuam as cobranças dos valores em dívida.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 30%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 10%, resultando uma taxa de imposto agregada de 33%. No exercício de 2004, a taxa de IRC será reduzida para 25%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%.

Nos termos de artigo n.º 81 do Código do IRC a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2000 a 2003 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2003, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 24.990.000 Euros.

Conforme referido na Nota 3.j), a Empresa optou por não registar os impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação. Caso se tivesse optado por registar o seu efeito, seriam reconhecidos activos por impostos diferidos, relacionados com prejuízos fiscais reportáveis e com provisões não aceites fiscalmente de aproximadamente, 8.480.000 Euros e passivos por impostos diferidos relacionados com reavaliações efectuadas (Nota 3.b) de aproximadamente 4.921.000 Euros.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 409 e 489 empregados, respectivamente.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

O movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto					Saldo final
	Saldo inicial	Equivalência patrimonial (Nota 45)	Adições	Alienações e abates	Transferências	
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	19.691	-	-	-	-	19.691
Trespases (Nota 40)	13.663.347	-	-	(13.663.347)	-	-
	<u>13.683.038</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.663.347)</u>	<u>-</u>	<u>19.691</u>
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	14.084.357	-	-	-	-	14.084.357
Edifícios e outras construções	36.600.068	-	-	(28.699)	-	36.571.369
Equipamento básico	113.512.306	-	674.436	-	74.920	114.261.662
Equipamento de transporte	658.583	-	98.942	(55.922)	-	701.603
Ferramentas e utensílios	56.868	-	-	-	-	56.868
Equipamento administrativo	1.083.308	-	13.820	-	188.101	1.285.229
Outras imobilizações corpóreas	738.631	-	3.800	-	-	742.431
Imobilizações em curso	1.493.061	-	750.341	-	(263.021)	1.980.381
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	-	-	1.250.000	-	-	1.250.000
	<u>168.227.182</u>	<u>-</u>	<u>2.791.339</u>	<u>(84.621)</u>	<u>-</u>	<u>170.933.900</u>
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	10.424.791	8.918.912	-	-	-	19.343.703
Partes de capital em empresas associadas (Nota 16)	2.456.581	239.986	-	-	-	2.696.567
Títulos e outras aplicações financeiras	14.964	-	-	-	-	14.964
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	3.048.438	-	-	(3.048.438)	-	-
	<u>15.944.774</u>	<u>9.158.898</u>	<u>-</u>	<u>(3.048.438)</u>	<u>-</u>	<u>22.055.234</u>

No segundo semestre do exercício de 2003, a Empresa através da sua participada Gestigráfica, concluiu o processo de alienação da Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas, S.A.. Decorrente deste processo, a Empresa anulou o valor líquido do trespasse (*goodwill*) relacionado com a aquisição daquela participação financeira, tendo registado, uma menos valia de 1.456.952 Euros, em resultados transitados (Nota 40). Adicionalmente, e também no âmbito deste processo, a entidade que adquiriu a participação da Heska, subscreveu e realizou um aumento de capital na Gestigráfica, com um prémio de emissão, nos valores de 2.500 Euros e 10.305.680 euros, respectivamente.

Em resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial aos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas em 31 de Dezembro de 2003, registaram-se os seguintes movimentos:

Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40) (a)	10.308.180
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Notas 16 e 45)	307.670
Resultados transitados (Notas 16 e 40) (b)	(1.456.952)

	9.158.898
	=====

(a) Este montante resulta do reconhecimento do aumento dos capitais próprios ocorrido na Gestigráfica, em resultado do aumento de capital e não subscrito pela Empresa.

(b) Este montante respeita à menos-valia registada pela Gestigráfica decorrente da alienação da Heska no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002. A Empresa ao registar o investimento financeiro na Gestigráfica pelo método da equivalência patrimonial, ajustou o resultado do exercício de 2003 desta empresa participada por aquele montante, registando-o directamente em resultados transitados.

Os adiantamentos por conta de investimentos financeiros referem-se, na sua totalidade a adiantamentos para futuros aumentos de capital da participada Guião, que em virtude das negociações existentes tendentes à sua alienação foram transferidos para a rubrica de “Empresas do grupo” (Nota 16).

Amortizações acumuladas				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	13.552	5.390	-	18.942
Trespases (Nota 40)	2.732.669	-	(2.732.669)	-
	<u>2.746.221</u>	<u>5.390</u>	<u>(2.732.339)</u>	<u>18.942</u>
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	9.399.177	1.035.268	(28.699)	10.405.746
Equipamento básico	57.311.919	7.676.894	-	64.988.813
Equipamento de transporte	392.989	46.024	(16.010)	423.003
Ferramentas e utensílios	24.609	6.201	-	30.810
Equipamento administrativo	623.603	137.879	-	761.482
Outras imobilizações corpóreas	163.477	32.391	-	195.868
	<u>67.915.774</u>	<u>8.934.657</u>	<u>(44.709)</u>	<u>76.805.722</u>

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Empresa procedeu à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondentes reavaliações efectuadas ao abrigo de disposições legais em 31 de Dezembro de 2003, líquidos de amortizações acumuladas e abates, é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Terrenos e recursos naturais	2.019.360	504.840	2.524.200
Edifícios e outras construções	4.595.514	974.744	5.570.258
Equipamento básico	5.279.871	1.853.851	7.133.722
	<u>11.894.745</u>	<u>3.333.435</u>	<u>15.228.180</u>

Adicionalmente, a Empresa procedeu no exercício de 2000, a uma reavaliação extraordinária de imóveis, de que resultou um acréscimo líquido do imobilizado e dos capitais próprios àquela data de 19.058.548 Euros (Nota 3.b)). Em 31 de Dezembro de 2003 o valor líquido reavaliado ascendia a 15.510.266 Euros, dos quais 6.492.900 Euros respeitam a “Terrenos e recursos naturais” e 9.017.366 Euros respeitam a “Edifícios e outras construções” (Nota 3.b)).

15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	Custo	Reavaliação	Amortização acumulada	Valor líquido
Terrenos, edifícios e outras construções	15.053.532	2.019.360	2.371.942	14.700.950
Equipamento básico	69.121.241	8.293.550	41.630.259	35.784.532
Equipamento de transporte	383.426	-	232.776	150.650
Ferramentas e utensílios	36.617	-	17.546	19.071
Equipamento administrativo	79.745	-	30.785	48.960
	<u>84.674.561</u>	<u>10.312.910</u>	<u>44.283.308</u>	<u>50.704.163</u>

Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa tinha registado na rubrica “Fornecedores de imobilizado, conta corrente” um montante de 30.779.140 Euros, relativo a contas a pagar às locadoras, dos quais 26.405.378 Euros estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano (Nota 54), e são como segue:

2004	4.373.762
2005	4.844.710
2006	5.137.348
2007	4.474.731
2008	5.218.550
2009 e seguintes (Nota 29)	<u>6.730.039</u>
	<u>30.779.140</u>

16. EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2003, os principais elementos financeiros das empresas do grupo e associadas extraídos das respectivas demonstrações financeiras não auditadas naquela data, eram como segue:

Empresas do grupo:

Designação	Activo	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Percentagem de participação efectiva	Valores de balanço (Nota 10)
Gestigráfica (a)	15.814.229	15.776.527	68.810	(1.392.285)	90,48	13.981.626
Guião (b)	6.313.844	197.762	2.748.902	(861.247)	85	4.638.820
Videodata (b)	588.337	98.444	-	(154.134)	100	<u>723.257</u>
						<u>19.343.703</u>

- (a) O valor do investimento financeiro na Gestigráfica foi deduzido da mais-valia apurada no exercício de 1999 e relativa à alienação de diversas participações financeiras em empresas participadas àquela empresa no montante de 2.271.345 Euros, tendo igualmente sido acrescido de outras regularizações de 476.425 Euros. Em 31 de Dezembro de 2003, no seguimento da alienação da Heska, a Empresa celebrou um acordo tendente à compra dos 9,52% do capital da Gestigráfica, pelo seu valor nominal que ascende a 5.000 Euros, pelo que a Empresa apropriou-se de 100% do capital próprio da mesma, sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que o referido acordo é irrevogável. O resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, inclui uma menos-valia no montante de 1.456.952 Euros respeitante à referida alienação (Notas 10 e 40). Os montantes apresentados foram extraídos das demonstrações financeiras não auditadas da empresa do grupo. Adicionalmente, a Gestigráfica detém uma participação financeira de 100% do capital da Grafilis.

- (b) Os valores apresentados referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, última informação disponível. Estas participações financeiras encontram-se registadas ao custo. Decorrente de negociações em curso, tendentes à alienação destas participações financeiras, e que envolvem também a regularização de passivos registados pela Empresa, esta registou uma provisão de 3.696.710 Euros (Nota 34) correspondente à perda que estima vir a incorrer nestas alienações.

Empresas associadas:

Designação	Activo	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Percentagem de participação	Valores de balanço (Nota 10)
Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A. (a)	29.706.207	8.115.021	14.010.411	749.954	32	2.596.807
Máquina de Estados – Sistemas Informáticos, Electrónicos e de Telecomunicações, Lda. (b)	133.698	18.705	248.671	24.336	20	99.760
						<u>2.696.567</u>

- (a) A Gestigráfica detém uma participação de 9,0256% do capital da Naveprinter pelo que a percentagem efectiva de participação nesta empresa é de, aproximadamente, 41%.
- (b) Os valores apresentados referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, última informação disponível. Esta participação financeira encontra-se registada ao custo. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 a Empresa intensificou as negociações em curso tendentes à alienação desta participação financeira o que veio a verificar-se durante o exercício de 2004, e em resultado da qual se verificou uma perda de 98.760 Euros (Nota 34).

Em 31 de Dezembro de 2003, os saldos com empresas do grupo, associadas e relacionadas, são conforme segue:

	Cientes, conta corrente	Outros devedores	Empresas do grupo, participadas e participantes	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	Fornecedores, conta corrente	Fornecedores, títulos a pagar	Empresas do grupo e participantes
Gestigráfica	584	-	-	-	-	-	9.067.954
Grafilis	159.832	-	67.702	288.879	615.614	-	-
Gesprint	-	-	263.087	-	542.926	-	220.940
Naveprinter	252.035	79.585	7.697	-	1.496.327	125.056	-
Guião	531.456	-	3.406.989	-	-	-	-
Máquina de Estados	-	-	1.908	-	2.015	-	-
Videodata	-	2.226	-	-	-	-	-
	<u>943.907</u>	<u>81.811</u>	<u>3.747.383</u>	<u>288.879</u>	<u>2.656.882</u>	<u>125.056</u>	<u>9.288.894</u>

Em 31 de Dezembro de 2003, as transacções com empresas do grupo, associadas e relacionadas, são conforme segue:

	Fornecimentos e serviços externos	Outros custos e perdas operacionais	Vendas	Proveitos suplementares	Imobilizado corpóreo
Grafilis	-	-	127.392	7.555	-
Gesprint (a)	952.918	-	-	1.312	-
Naveprinter	646.417	12.932	-	125	-
Máquina de Estados	22.906	7.660	-	-	12.347
	<u>1.622.241</u>	<u>20.592</u>	<u>127.392</u>	<u>8.992</u>	<u>12.347</u>

- (a) O valor incluído em fornecimentos e serviços externos respeita a honorários de gestão facturados pela Gesprint relativos ao exercício de 2003, ao abrigo do contrato assinado entre as duas entidades.

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2003, existiam dívidas consideradas de cobrança duvidosa nos montantes de 8.365.338 Euros e 8.461.342 Euros registadas nas rubricas de “Clientes de cobrança duvidosa” e “Outros devedores”, respectivamente, estando provisionadas na sua totalidade (Nota 34).

26. DÍVIDAS TITULADAS

Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa possuía responsabilidades por letras descontadas e não vencidas, de 6.395.562 Euros.

28. DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS EM MORA

Em 31 de Dezembro de 2003, existiam contas a pagar em mora em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”), de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (“IRS”), IRC, Contribuições para a Segurança Social e outros impostos de 615.912 Euros, 2.113.155 Euros, 83.337 Euros, 4.439.902 Euros e 33.582 Euros, respectivamente (Nota 48).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (“IAPMEI”), Segurança Social e Fazenda Pública a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA em sessenta prestações mensais, e juros vincendos calculados à taxa de 2,5%. Até à presente data, as entidades envolvidas neste processo, ainda não se pronunciaram sobre o mesmo, pelo que não é conhecido o seu desfecho. Contudo, o Conselho de Administração, com base nos pareceres dos seus consultores fiscais, está convicto que o mesmo será deferido no curto-prazo, com perdão total de juros vencidos até à referida data pelo que em 31 de Dezembro de 2003, a dívida foi classificada no balanço, entre curto e médio e longo prazo, considerando o plano de reembolso proposto às entidades supra referidas.

29. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 31 de Dezembro de 2003, as dívidas a terceiros relativas a contratos de locação financeira, as dívidas ao Estado e outras entidades públicas e as dívidas a instituições de crédito, com vencimento a mais de cinco anos inclusive, ascendiam a 6.730.039 Euros (Nota 15), 3.048.255 Euros (Nota 28) e 11.487.662 Euros (Nota 50), respectivamente.

30. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELA EMPRESA

Em 31 de Dezembro de 2003, existiam empréstimos bancários, de 11.915.728 Euros, garantidos por hipotecas sobre alguns edifícios (Nota 50).

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas a favor de terceiros de 1.185.227 Euros, que visam, essencialmente, garantir o pagamento do subsídio reembolsável obtido junto do IAPMEI de 2.011.678 Euros (Nota 50).

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções (Nota 46)	Saldo final
Provisões para investimentos financeiros (Nota 16)	-	3.795.470	-	3.795.470
Provisões para cobranças duvidosas (Nota 23)	16.712.425	114.255	-	16.826.680
Provisões para depreciação de existências	33.539	4.443	(14.632)	23.350
Provisões para outras aplicações de tesouraria (Nota 3 k))	-	430.000	-	430.000
Provisões para outros riscos e encargos	1.250.000	370.000	-	1.620.000
	<u>17.995.964</u>	<u>4.714.168</u>	<u>(14.632)</u>	<u>21.781.245</u>

O aumento verificado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 foi registado conforme segue:

Custos e perdas extraordinários (Nota 46):

Provisão para as participações no Guião, na Videodata e outras regularizações	3.696.710
Provisão para a participação na Máquina de Estados	98.760

	3.795.470
Resultados transitados (Nota 40)	800.000
Provisões do exercício	118.698

	<u>4.714.168</u>

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2003, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 4.000.000 de acções com o valor nominal de cinco Euros cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

A seguinte pessoa colectiva detém mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2003:

Nome	Percentagem	Montante
GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	73,11%	14.622.000

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Capital	20.000.000	-	-	-	20.000.000
Acções próprias – valor nominal	(260.437)	-	-	(628)	(261.065)
Acções próprias – descontos e prémios	(212.544)	-	-	(512)	(213.056)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 10)	(2.251.191)	10.308.180	-	-	8.056.989
Reservas de reavaliação	28.021.789	-	-	-	28.021.789
Reserva legal	906.512	-	-	628	907.140
Outras reservas	7.912	-	-	512	8.424
Resultados transitados	(23.169.677)	-	(13.187.630)	(5.891.680)	(42.248.987)
Resultado líquido do exercício	(5.891.680)	-	(5.147.662)	5.891.680	(5.147.662)
	<u>17.150.684</u>	<u>10.308.180</u>	<u>(18.335.292)</u>	<u>-</u>	<u>9.123.572</u>

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12) e de reavaliações extraordinárias efectuadas no exercício de 2000 (Notas 3.b) e 13). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 28 de Maio de 2003, foi decidido transferir a totalidade do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 para resultados transitados.

Na sequência de negociações concluídas no exercício de 2003, relacionadas com a alienação de uma participação financeira (Heska), a Empresa regularizou um trespasse e reconheceu uma menos-valia de 10.930.678 Euros e 1.456.952 Euros, respectivamente. Adicionalmente, foram também regularizados determinados activos e passivos no valor líquido de 800.000 Euros, originados em exercícios anteriores. Estas regularizações foram registadas directamente em resultados transitados uma vez que a Empresa considerou tratar-se de regularizações não frequentes e de grande significado nos termos da Directriz Contabilística nº 8, tal como segue:

Trespasse – valor bruto (Nota 10)	13.663.347
Trespasse – amortizações acumuladas (Nota 10)	(2.732.669)

	10.930.678
Menos-valia (Notas 10 e 16)	1.456.952
Aumento de provisões (Nota 34)	800.000

	13.187.630
	=====

Em 31 de Dezembro de 2003 os prejuízos acumulados excedem metade do capital, situação que determina a aplicação do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Tendo em consideração a necessidade de dar cumprimento ao disposto neste artigo, o Conselho de Administração menciona no seu Relatório de Gestão, medidas concretas para a reposição dos capitais próprios a um nível de cobertura adequado do capital, que irá propor aos accionistas. Por outro lado, o Conselho de Administração obteve a confirmação dos accionistas, quanto à sua disponibilidade de continuarem a dar o suporte financeiro necessário à continuidade das operações da Empresa.

41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foi determinado como segue:

	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	137.207	1.609.692
Compras	-	9.373.149
Regularização de existências	43.709	405.220
Existências finais	(134.814)	(1.820.336)
	-----	-----
	46.102	9.567.725
	=====	=====

42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, é como segue:

Existências finais	78.277
Existências iniciais	(42.198)

	36.079
	=====

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, foram como segue:

Conselho de Administração	216.410
Conselho Fiscal	22.800

	239.210
	=====

44. VENDAS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e prestações de serviços, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, distribuem-se da seguinte forma:

Mercado Interno	40.897.257
Mercado Externo	109.036
	<u>41.006.293</u>

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	4.754.034	5.614.436
Perdas em empresas do grupo e associadas	-	1.676.945
Amortizações de investimentos em imóveis	-	41
Diferenças de câmbio desfavoráveis	396	421
Descontos de pronto pagamento concedidos	116.779	112.424
Outros custos e perdas financeiros	254.925	422.294
	<u>5.126.134</u>	<u>7.826.561</u>
Resultados financeiros	<u>(4.735.672)</u>	<u>(7.684.333)</u>
	<u>390.462</u>	<u>142.228</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	307.670	86.910
Juros obtidos	26.617	24.146
Descontos de pronto pagamento obtidos	26.117	12.737
Diferenças de câmbio favoráveis	1.273	721
Outros proveitos e ganhos financeiros	28.785	17.714
	<u>390.462</u>	<u>142.228</u>

46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
<u>Custos e perdas:</u>		
Aumentos de provisões (Nota 34)	3.795.470	-
Multas e penalidades	217.146	159.402
Donativos	20.848	36.370
Perdas em imobilizações (a)	4.346	603.675
Outros custos e perdas extraordinários	40.907	3.131.881
	<u>4.078.717</u>	<u>3.931.328</u>
Resultados extraordinários	<u>(3.398.339)</u>	<u>(513.773)</u>
	<u>680.378</u>	<u>3.417.555</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em imobilizações e existências	385.899	59.075
Benefícios de penalidades contratuais	-	1.869
Reduções de provisões (Nota 34)	14.632	3.079.506
Correcções relativas a exercícios anteriores	2.058	3.009
Outros proveitos e ganhos extraordinários	277.789	274.096
	<u>680.378</u>	<u>3.417.555</u>

A rubrica "Outros proveitos e ganhos extraordinários" é composta como segue:

Subsídios a imobilizações corpóreas (Nota 3.h))	178.096
Mais-valias diferidas relativas a operações de relocação financeira	75.333
Outros	24.360
	<u>277.789</u>

48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2003, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:	
Imposto sobre o Valor Acrescentado	<u>30.000</u>
Saldos credores:	
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas	
Singulares - retenções na fonte	2.281.673
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	104.411
IVA	709.406
Contribuições para a Segurança Social	4.798.216
Outros impostos	37.316
	<u>7.931.022</u>

(a) Este montante respeita à estimativa de imposto de 70.433 Euros relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, líquida de pagamentos especiais por conta e retenções na fonte de 42.496 Euros e 6.863 Euros, respectivamente e inclui o IRC a pagar relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 de 83.337 Euros.

As contas a pagar relativas a IVA, IRS, IRC, Segurança Social e outros impostos incluem valores vencidos de 615.912 Euros, 2.113.155 Euros, 83.337 Euros, 4.439.902 Euros e 33.582 Euros, respectivamente. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, Segurança Social e Fazenda Pública a regularizações destes valores, nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro (Nota 28).

49. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2003, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:	
Juros a receber	2.566
Outros	13.675
	<u>16.241</u>
Custos diferidos:	
Juros antecipados	464.423
Conservação plurianual	29.114
Seguros	181.404
Outros	47.369
	<u>722.310</u>
Acréscimos de custos:	
Remunerações a liquidar	1.031.689
Fornecimentos e serviços externos	210.505
Juros vencidos e não pagos	151.448
	<u>1.393.642</u>
Proveitos diferidos:	
Subsídios ao investimento (Nota 3.h))	1.037.748
Mais-valias diferidas (a)	753.331
	<u>1.791.079</u>

Este montante refere-se a uma operação de relocação financeira efectuada no exercício de 2001, com uma instituição financeira sobre um terreno da Empresa, estando o mesmo a ser diferido durante o período do contrato da referida operação.

50. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2003, o detalhe dos empréstimos obtidos era o seguinte:

	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
Empréstimos bancários:			
Banco Português de Investimento, S.A. ("BPI") (a)	-	1.371.694	1.371.694
BPI (b)	-	2.119.891	2.119.891
Banco Comercial Português, S.A. ("BCP") (c)	-	8.424.143	8.424.143
Outros (d)	3.562.550	13.260.578	13.260.578
	<u>3.562.550</u>	<u>25.176.306</u>	<u>28.738.856</u>
Empréstimos por obrigações:			
Emissão de 1988	299	-	299
Outros empréstimos:			
Papel comercial (e)	4.550.000	12.613.280	17.163.280
IAPMEI (f)	188.595	1.823.083	2.011.678
	<u>4.738.595</u>	<u>14.436.363</u>	<u>19.174.958</u>
	<u>8.301.444</u>	<u>39.612.669</u>	<u>47.914.113</u>

(a) Este empréstimo (Nota 30), vence juros à taxa Lisbor acrescida de 1,25% e destinou-se a financiar a aquisição do negócio de impressão de listas telefónicas e activos e passivos a este afectos, sendo garantido por uma primeira hipoteca sobre as instalações adquiridas pela Empresa nessa operação. Este empréstimo vence-se na sua totalidade a médio e longo prazo.

(b) Este empréstimo (Nota 30) destinou-se a financiar a aquisição da participação financeira na Gestigráfica, e vence-se a médio e longo prazo. O empréstimo vence juros à taxa Lisbor acrescida de 1,25% e está garantido por segunda hipoteca às instalações mencionadas na alínea anterior, estando as receitas afectas às mesmas também consignadas como garantia.

(c) Este empréstimo destina-se a reforço de tesouraria, vence juros à taxa Euribor a 30 dias acrescida de 1,00% e está garantido por terceira hipoteca das instalações supra referidas (Nota 30). O empréstimo vence-se no médio e longo prazo.

(d) Estes empréstimos vencem juros a taxas normais de mercado. O montante de 13.260.578 Euros inclui 1.095.056 Euros, registados a médio e longo prazo por não terem um plano de reembolso definido e não ser intenção da Empresa efectuar o seu reembolso no curto-prazo.

Em 31 de Dezembro de 2003, o plano de reembolso dos empréstimos bancários, exceptuando a parcela que não tem plano de reembolso definido, supra referida, no total de 27.643.800 Euros, é conforme segue:

2004	3.562.550
2005	3.919.101
2006	3.724.291
2007	3.984.865
2008	2.455.270
2009	1.956.474
2010	5.726.607
2011	2.314.642

	<u>27.643.800</u>

(e) O papel comercial vence juros a taxas normais de mercado. A parcela de médio e longo prazo, inclui 2.500.000 Euros que não tem um plano de reembolso definido, nem é intenção da Empresa efectuar o seu reembolso no curto prazo. O plano de reembolso do papel comercial, exceptuando a parcela supra referida, é o seguinte:

2004	4.550.000
2005	2.472.656
2006	4.722.656
2007	972.656
2008	972.656
2009	972.656

	<u>14.663.280</u>

(f) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703) recebido nos exercícios de 1996 e 1998 no total de 5.167.207 Euros. Este valor corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Dezembro de 2003, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros, encontrando-se em dívida 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária prestada pelo BPI. A Empresa mantém um depósito a prazo nesta entidade de 595.747 Euros cuja movimentação está condicionada à extinção da referida garantia. Em 31 de Dezembro de 2003, aquele montante encontra-se vencido e não pago, pelo que, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, à Segurança Social e à Fazenda Pública a regularização deste valor nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro. De acordo com o requerimento apresentado e nos termos do referido diploma, é convicção do Conselho de Administração, com base nos pareceres dos seus consultores legais, que o mesmo será deferido no curto-prazo, com perdão total de juros vencidos e vincendos e de acordo com o plano de reembolso proposto de noventa e seis prestações mensais. Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2003 a Empresa repartiu esta dívida entre curto prazo e médio e longo prazo considerando o plano de reembolso proposto às entidades supra referidas.

No exercício de 2003, a Empresa concluiu algumas negociações com diversas instituições financeiras e outros credores, tendo em vista o rescalonamento das correspondentes dívidas, de curto prazo para médio e longo prazo, encontrando-se outras ainda em curso, com o mesmo objectivo.

51. OUTROS CREDORES – CURTO PRAZO

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2003, refere-se essencialmente a adiantamentos recebidos pela Empresa relativos a operações de *factoring*.

52. DISCRIMINAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o detalhe de caixa e seus equivalentes é conforme segue:

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Numerário	1.599	5.593
Depósitos bancários	29.401	295.515
Depósitos a prazo	687.573	1.234.246
Descobertos bancários	<u>(1.215.869)</u>	<u>(3.080.655)</u>
	<u>(497.296)</u>	<u>(1.545.301)</u>

53. DÍVIDAS A FORNECEDORES DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2003, na sequência de acordos estabelecidos com diversos fornecedores, a Empresa conseguiu o alargamento do prazo de pagamento de dívidas sem vencimento de juros, de 6.240.744 Euros.

54. DÍVIDAS A FORNECEDORES DE IMOBILIZADO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2003, o detalhe das dívidas a fornecedores de imobilizado registadas no médio e longo prazo, era conforme segue:

Locação financeira (Nota 15)	26.405.378
Guião (a)	912.000

	27.317.378
	=====

(a) Este montante respeita à conta a pagar aos anteriores accionistas da referida empresa participada que se vence no médio prazo, como segue:

2005	516.000
2006	216.000
2007	180.000

	912.000
	=====

55. EVENTOS SUSEQUENTES

Em 21 de Janeiro de 2004, no seguimento de um incêndio ocorrido nas instalações da Empresa, diversos equipamentos, matérias-primas e parte das instalações sofreram danos parciais, nomeadamente, uma máquina de impressão, cujo valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2003 ascendia a 5.825.481 Euros. Esta máquina havia sido objecto de um contrato de locação financeira tendo sido registado um passivo, naquela data, de 6.359.937 Euros. Este equipamento encontra-se coberto por uma apólice de seguro de riscos múltiplos, ao abrigo da qual a Empresa estima receber uma indemnização de, aproximadamente, 4.500.000 Euros, sendo opinião do Conselho de Administração que o valor dos salvados ascende a, aproximadamente, 1.325.000 Euros. Os restantes danos sofridos estimam-se em, aproximadamente, 600.000 Euros, estando os mesmos cobertos por apólices de seguro. A Empresa encontra-se em negociações tendentes à definição do montante de indemnização a receber pelos danos sofridos. O Conselho de Administração, prevê que as perdas de exploração decorrentes da redução da capacidade produtiva instalada, estão cobertas pelas apólices de seguro existentes.

Queluz de Baixo, 30 de Abril de 2004

O Técnico Oficial de Contas

Liliana Cardeira Nunes

O Conselho de Administração:

António Brás Monteiro – Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luís André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
(Montantes expressos em Euros)**

	Nota	2003	2002
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		41.278.155	51.326.015
Pagamentos a fornecedores		(18.745.483)	(19.237.838)
Pagamentos ao pessoal		(6.761.552)	(6.576.214)
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>		15.771.120	25.511.963
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(47.863)	(473.362)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(4.189.087)	(2.171.795)
<i>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</i>		11.534.170	22.866.806
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(73.962)	(24.483)
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>		11.460.208	22.842.323
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	500.000
Imobilizações corpóreas		42.873	600.000
		42.873	1.100.000
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(637.064)	(708.387)
Imobilizações corpóreas		(697.715)	(1.964.153)
		(1.334.779)	(2.672.540)
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>		(1.291.906)	(1.572.540)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de :			
Empréstimos obtidos		138.987.951	177.301.746
Juros e proveitos similares		-	16.607
		138.987.951	177.318.353
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(138.562.609)	(186.146.709)
Amortizações de contratos de locação financeira		(4.536.680)	(4.430.864)
Juros e custos similares		(5.008.959)	(7.939.901)
		(148.108.248)	(198.517.474)
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>		(9.120.297)	(21.199.121)
Variações de caixa e seus equivalentes			
(4)=(1)+(2)+(3)		1.048.005	70.662
Caixa e seus equivalentes no início do período	52	(1.545.301)	(1.615.963)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	52	(497.296)	(1.545.301)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Accionistas de

Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação de V. Exas. o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório e Contas do Conselho de Administração de **Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.
2. Acompanhámos a actividade da Sociedade durante o exercício, nomeadamente, em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.
3. As demonstrações financeiras foram examinadas pelo Revisor Oficial de Contas, que, em consequência, emitiu o Relatório Anual de Fiscalização e a Certificação Legal das Contas, a qual consigna a sujeição da Sociedade ao regime estabelecido pelo artigo art. 35.º do Código das Sociedades Comerciais, documentos estes que, por merecerem a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.
4. Analisámos o conteúdo do Relatório Anual de Fiscalização, do qual se releva o enquadramento da situação referida no último parágrafo da nota 28 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, tendo-se concluído não afectar os documentos de prestação de contas da Sociedade.
5. Em face do exposto, relevando as conclusões do Revisor Oficial de Contas, e não tendo tomado conhecimento de violação da lei e dos estatutos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
 - a) O Relatório do Conselho de Administração, bem como as Contas por este apresentadas;
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação de resultados.

Queluz de Baixo, 11 de Maio de 2004

Dr. António de Almeida
Presidente

Eng.º Nuno Martins

Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC
representada por
Óscar José Alçada da Quinta
(Insc. n.º 731)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003 (que evidencia um total de balanço de **140.226.381** euros e um total de capital próprio de **9.123.572** euros, incluindo um resultado líquido **negativo** de **5.147.662** euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 6 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

6. Em 31 de Dezembro de 2003, a Sociedade mantém nas suas contas valores a receber de empresas com quem se encontra em relação de grupo em, aproximadamente, 5.000.000 euros. Considerando que a recuperabilidade destes valores depende, nomeadamente, do desempenho económico futuro das operações das mesmas, não dispomos de informação que nos habilite para uma avaliação fundamentada do valor de realização daqueles créditos.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do ajustamento que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 6 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A.** em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

ÊNFASES

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para o seguinte:
- 8.1 A Sociedade encontra-se sujeita ao regime estabelecido no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, de onde decorre um problema de continuidade se no prazo legal não forem adoptadas as competentes medidas de saneamento no mesmo artigo previstas ou, de outra forma, se restabeleça a condição que o mesmo artigo pretende acautelar.
- 8.2 Conforme mencionado na nota 6 do anexo às demonstrações financeiras em apreço, a Sociedade optou por não reconhecer os activos e passivos por impostos diferidos estabelecidos na Directriz Contabilística n.º 28, conforme previsto nas disposições transitórias da própria directriz.
À data de referência das mesmas demonstrações financeiras, estimam-se activos e passivos por impostos diferidos em, cerca de, 8.500.000 euros e 4.900.000 euros, respectivamente, cuja realização tem como pressuposto a ocorrência futura de lucros tributáveis suficientes (2002: 6.930.000 euros e 5.200.000 euros).
- 8.3 De um desfecho contrário ao previsto para a proposta de regularização mencionada na nota 28 do anexo às demonstrações financeiras em apreço, decorreria um acréscimo de responsabilidades que, à data de 31 de Dezembro de 2003, se estimam no valor de 1.500.000 euros, bem como uma exigibilidade de curto prazo para o passivo perante o "estado" apresentado no médio e longo prazo.
- 8.4 As regularizações a que a Sociedade procedeu por contrapartida de rubricas incluídas no seu capital próprio conforme descrito nas notas 10 e 40 do anexo às demonstrações financeiras em apreço, estão relacionadas com uma das reservas incluídas na certificação legal de contas por nós emitida sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

Porto, 6 de Maio de 2004

Óscar José Alçada da Quinta
(Insc. n.º 731)

FREIRE, LOUREIRO & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Inscrição na OROC nº 45
Registo na CMVM nº 232
NIPC 501 829 288
Capital Social 50.000 euros
Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 13.289

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003 que evidencia um total de 140.226.381 Euros e capitais próprios de 9.123.572 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.147.662 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 5 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

5. O balanço em 31 de Dezembro de 2003, inclui contas a receber de terceiros, essencialmente de empresas relacionadas de, aproximadamente, 5.000.000 Euros, originadas em exercícios anteriores. A cobrança deste valor depende do sucesso futuro das operações dessas empresas e do apoio financeiro dos seus accionistas. A esta data e com a informação actualmente disponível, não nos é possível concluir quanto ao momento e respectivo valor de realização.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto, quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

7. Conforme mencionado na Nota 40 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003, na sequência de negociações concluídas no exercício findo nessa data, a Empresa regularizou investimentos financeiros, bem como diversos outros activos e passivos, nos valores líquidos de, aproximadamente, 12.388.000 Euros e 800.000 Euros, respectivamente, registados directamente em resultados transitados por se tratarem de regularizações não frequentes e de grande significado, nos termos da Directriz Contabilística nº 8. Adicionalmente, e também em resultado do desfecho daquelas negociações, a Empresa registou um aumento da rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas” de, aproximadamente, 10.308.000 Euros (Nota 10).
8. Conforme mencionado na Nota 28 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003, o passivo inclui, aproximadamente, 7.000.000 Euros relacionados com contribuições e impostos, vencidos nos exercícios de 2002 e 2003 e relativamente aos quais decorrem negociações tendentes à sua regularização. Ainda que até à data deste relatório não seja conhecido o resultado dessas negociações, o Conselho de Administração entende, com base nos pareceres dos seus consultores fiscais, que o seu desfecho será favorável, pelo que não foi registada qualquer provisão para fazer face a eventuais responsabilidades e contingências decorrentes desta situação.
9. Conforme mencionado na Nota 6 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa optou por não registar os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e para fins de tributação, tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística nº 28. Àquela data os activos e passivos por impostos diferidos estimam-se em 8.480.000 Euros e 4.921.000 Euros, sendo realizáveis e exigíveis, respectivamente, caso a Empresa venha a registar resultados fiscais suficientes.

10. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, embora em 31 de Dezembro de 2003, o fundo de maneo seja negativo e os prejuízos acumulados sejam superiores a metade do capital, situação que determina a aplicação do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Conforme referido na Nota 40 do anexo às demonstrações financeiras, tendo em conta a necessidade de dar cumprimento ao disposto no artigo supra referido, o Conselho de Administração menciona no seu Relatório de Gestão, que irá propor aos accionistas, medidas concretas para a reposição dos capitais próprios a um nível de cobertura adequado do capital. Em consequência, a continuidade das operações da Empresa, a realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos no decurso normal das operações, dependem do sucesso futuro destas e do apoio financeiro dos seus accionistas.
11. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e o nosso relatório de auditoria datado de 26 de Março de 2003, inclui duas reservas relacionadas com o descrito nos parágrafos 5 e 7 acima e três ênfases, uma das quais não aplicável às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003 e duas relacionadas com o descrito nos parágrafos 9 e 10 acima.

Lisboa, 30 de Abril de 2004

FREIRE, LOUREIRO & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire

Extracto da Acta nº 57 da Assembleia Geral Anual
da “Lisgráfica”, realizada às 12 horas
do dia 28 de Março de 2004

Devidamente convocada, a Assembleia Geral foi presidida pelo Sr. Dr. João António Morais Leitão e registou a presença ou representação de 77,96% do capital social, aprovou as contas individuais da empresa, e os restantes documentos de prestação de contas, bem como a proposta de aplicação dos resultados, tudo referente ao Exercício de 2003 e que se transcreve:

“ Que, após a constituição de uma Provisão para Impostos sobre lucros, o Resultado apurado no exercício de 2003, no montante de Euros (5.147.662,33) (Cinco milhões, cento e quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta e dois Euros e trinta e três cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

1. Para Resultados Transitados, a totalidade do prejuízo.”

A Assembleia aprovou em seguida um voto de confiança e louvor nos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade.

Relativamente à proposta do Conselho de Administração, que se transcreve:

“Finalmente, nos termos do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, tendo em conta a circunstância de, em resultado de três exercícios sucessivos de exploração deficitária, e das medidas de saneamento do Balanço empreendidas pela gestão, as Contas do exercício de 2003 ilustrarem que os Capitais Próprios, com uma extensão de 9.123 milhões de Euro se situam abaixo de metade do capital social de 20 milhões de Euro, alertamos os Senhores Accionistas para esta situação.

É convicção do Conselho de Administração, no entanto, que tal situação se reverterá antes do fim do exercício de 2004, e, por isso, vem propor aos Senhores accionistas, que só as medidas elencadas nas alíneas b), c) e d) do nº 1 do artigo 35º do CSC, sejam submetidas a análise e deliberação na Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício de 2003.”

Foi decidido, sob proposta do Sr. Presidente da Mesa, que em vez de se marcar desde já uma Assembleia Geral para analisar o assunto e sobre ele deliberar, fique o Conselho de Administração com a incumbência de, caso lhe pareça que aquele desiderato não é alcançável, solicite a convocação dessa Assembleia Geral.